



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Boa tarde a todos. Vamos começar a última fase do nosso congresso, o Congresso do Futuro.

Quero agradecer a todos os participantes. Mais uma vez, quero agradecer a todos os nossos parceiros que estiveram conosco: a Confederação Nacional da Indústria - CNI, a Confederação Nacional do Comércio - CNC, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert, a Associação Nacional de Jornais – ANJ, a Associação Nacional de Editores de Revista – Aner, o Instituto Palavra Aberta, o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública, CEAG/UnB, o Centro Universitário IESB, a União Pioneira de Integração Social – Upis, a Faculdade Anhanguera e o Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Quero mais uma vez esclarecer que este nosso Congresso está sendo transmitido ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e por todos os meios de comunicação da Casa. Inclusive todos poderão participar. Aqueles que não estão aqui presentes poderão fazê-lo também através do nosso Alô Senado, todos que estão nos assistindo, enfim, através do Alô Senado e também pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.brecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Quero ainda anunciar que está conosco um dos colaboradores, o Consultor Legislativo Fernando Antônio Gadelha da Trindade, Fernando Gadelha.

Dando início ao sétimo painel, quero convidar os nossos ilustres palestrantes para tomar lugar à mesa: Otávio Caixeta, Diretor de Ecossistemas Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Wilson da Silva Gomes, Professor Titular de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia; Rousiley Maia, Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, que esteve presente ontem o dia todo e hoje estará até o final do evento.

Quero convidar também o Sérgio Soares Braga, Professor da Universidade Federal do Paraná. *(Palmas.)*

Estou gostando das palmas. Isso é sinal de que almoçaram e vieram mais revigorados.

Quero ressaltar que, conforme divulgado na pauta e nas redes sociais, a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Mais uma vez, então, todos podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800 612211.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, dando continuidade, nós vamos tentar agilizar para terminar no tempo combinado.

Vou passar a palavra ao Consultor Fernando Antonio Gadelha da Trindade, para que ele possa apresentar o currículo de todos que aqui vão fazer apresentação e também ajudar na condução dos trabalhos.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador.

Nós vamos, então, de pronto, passar a palavra para o Sr. Otávio Caixeta, Diretor de Ecossistemas Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que nos traz uma mensagem especial de Vint Cerf.

O SR. OTÁVIO CAIXETA – Boa tarde a todos.



Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao Senador Wellington Fagundes, que, em visita ao Ministro Kassab recentemente, trouxe a oportunidade para que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações pudesse trazer uma contribuição para o debate de hoje.

Nós pensamos imediatamente no Sr. Vint Cerf, matemático e cientista da computação norte-americana, que foi um dos criadores da internet. Ele projetou o Protocolo IP, que é, na verdade, o alicerce de todas as comunicações por computador que fazemos hoje.

Desde 2005, ele é Vice-Presidente e ocupa o cargo de evangelizador chefe da internet no Google. O seu papel é divulgar as maneiras como a internet pode mudar as nossas vidas, estudando temas como inteligência artificial e mudanças na mídia.

Na época da sua contratação pelo Google, o executivo-chefe da empresa chegou a dizer que ele era uma das pessoas mais importantes da história ainda vivas.

Infelizmente ele não pôde estar aqui hoje, mas vem, em formato digital, falar brevemente sobre a história da comunicação e seu futuro. Espero que ajude o debate.

Muito obrigado.

O SR. VINTON GRAY CERF (*Tradução simultânea.*) – Como principal evangelista da internet no Google, às vezes conhecido com um dos pais da internet, eu quero falar hoje para vocês sobre a comunicação e seu futuro. Mas, para fazer isso, precisamos voltar ao passado.

Provavelmente, a invenção mais importante, se podemos assim chamar, para a comunicação humana foi a linguagem, que nos permitiu compartilhar ideias e conceitos de uma maneira mais compacta e concreta. Então, vem a escrita, o que, em si, foi uma grande realização, porque nos permitiu não apenas a comunicação de maneira contemporânea, mas também algum sentido com o futuro para as gerações à nossa frente.

A invenção da imprensa aumentou a nossa capacidade de comunicação e de criar uma comunicação que pudesse sobreviver às nossas próprias vidas.

Ironicamente, no Século XXI, temos ferramentas para nos comunicar desde o telégrafo e o telefone do Século XIX até a internet hoje. O que torna isso tão irônico é que, embora possamos nos comunicar instantaneamente, globalmente, compartilhando imagens, vídeos, textos e assim por diante – até *softwares* –, o formato da comunicação digital pode ser menos resiliente do que os formatos do passado, especialmente aqueles que estavam em objetos físicos, como papel, argila ou pedra.

Então, nós temos um conflito muito particular. Essas tecnologias que nos dão tanto volume, escopo e escala podem ser as mais frágeis das tecnologias de comunicação que desenvolvemos na história humana.

Também notamos outro fenômeno no Século XXI, especialmente a evolução das redes sociais, novamente ferramentas que usam a comunicação eletrônica, a internet, a rede mundial, os *smartphones* para rapidamente disseminar informações. Vimos que isso também dissemina rapidamente informações errôneas ou enganosas e é usado para organizar protestos, por exemplo, ou outros tipos de atividade humana.

Essa habilidade de propagar informações falsas coloca um ônus sobre cada um de nós, porque temos que começar a pensar criticamente sobre o que estamos vendo e ouvindo de todas as fontes, seja *online*, seja em revistas, jornais, filmes, televisão, rádio, seja por intermédio de nossos amigos. Todas essas fontes de informação agora têm que ser vistas com certo grau de suspeita e, essencialmente, temos que analisar o que estamos ouvindo e vendo para decidir o que aceitar ou rejeitar.



A comunicação no Século XXI ainda tem décadas para enfrentar maiores desafios do que em qualquer momento no passado, mas, ao mesmo tempo, essa rica capacidade de comunicação também nos dá oportunidades incríveis de compartilhar todo o conhecimento do mundo na ponta dos nossos dedos.

Então, quem está estudando a comunicação e tentando entender qual será o seu impacto sobre a nossa sociedade deve levar essas ideias em consideração.

Eu me interessou muito em saber como as suas deliberações se desenvolvem, as conclusões que vocês podem alcançar ou os *insights* que podem ganhar. Como não posso estar aí pessoalmente, peço desculpas, mas talvez nos encontremos pela internet.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Gostaria de pedir um pouco mais de atenção do pessoal do áudio, porque está havendo muita demora na transferência do microfone.

Peço um pouco mais de atenção ao pessoal do áudio.

Com a palavra, então, o Fernando.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Vamos prosseguir, passando a palavra para o Sr. Wilson Gomes, que é Professor Titular de Teoria da Comunicação da Universidade Federal da Bahia, pesquisador e orientador do programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea dessa universidade.

O Prof. Wilson Gomes é graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Tomás, de Roma e graduado em Teologia pela Universidade Gregoriana, também de Roma. Doutorou-se em 1988, com a tese sobre a ideia de construção da realidade no idealismo alemão, na fenomenologia e na hermenêutica.

O Prof. Wilson Gomes tem diversos trabalhos publicados em livros e periódicos, muitos sobre o tema de que vai tratar aqui. Portanto, sem mais delongas, passamos a palavra ao Prof. Wilson.

O SR. WILSON DA SILVA GOMES – Enquanto vem a apresentação, serei breve.

Quero dizer do meu contentamento em estar em um congresso como este, sobretudo do meu contentamento de ver que uma parte considerável da discussão de um congresso como este sobre o Congresso do Futuro seja sobre tecnologias digitais, comunicação digital e os impactos disso sobre a democracia, a vida pública e o Estado.

Trabalho nessa área de comunicação digital, especificamente em aplicações à democracia, há mais ou menos 15 anos, embora antes disso já tenha trabalhado bem próximo. E vou explicar por que não poderia ser muito antes desses 15 anos.

Este ano resolvi, por algumas razões, uma delas está na própria linha da assinatura... É a primeira vez que nos apresentamos como membros do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital. Falo nós porque eu e o Sérgio Braga, que aqui está presente, somos membros do mesmo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. É um projeto recém-aprovado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

São 101 institutos nacionais de ciência e tecnologia em áreas-chave para o País. No nosso caso, fizemos uma proposta e houve um bom sinal, um sinal de que aceitaram que nós nos tornássemos um grupo de referência em pesquisa na área de democracia digital.

Então, inaugura-se mais ou menos com este evento, porque é neste mês que está se inaugurando o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital.



Essa é a primeira razão pela qual resolvi fazer uma espécie de resumo do campo, de retomada daquilo que é o campo da democracia digital em âmbito mundial. E preparei para este congresso especificamente um resumo de algumas ideias sobre o que seria o campo.

Eu me interesso muito pelo alcance, afinal de contas, da democracia digital ou de uma área que para mim é ainda mais específica, porque considero mais ampla do que simplesmente a democracia digital. É uma área de política, Estado e democracias digitais, que é a área em que nós nos encontramos.

Obviamente, nós estamos em um mundo digital. O título da palestra fala disso, da mesa-redonda, o problema da democracia representativa no mundo digital, e diria em um mundo digital. Um mundo digitalizado significa um mundo montado por estas palavras-chaves que vocês estão vendo nesta nuvem de palavras.

Vocês vão ver - e eu vou falar um pouquinho sobre isso - que a palavra internet nem é a mais importante neste momento. O mais importante é a conexão, o fato de ser digital e as outras coisas todas relacionadas a redes sociais. A área mudou muito neste ano. Mas hoje nós não conseguimos nem pensar nisso.

Eu sou de uma geração que viu computadores sem internet e usei computadores sem internet, depois vi computadores com internet ainda sem interface gráfica. Depois vi computadores com internet de interface gráfica em um protocolo gráfico. A Web faz 25 anos, se não me engano, e o Windows faz um pouco mais do que isso. Depois veio a popularização da internet nos anos 90, na metade dos anos 90. E vi, no final dos anos 90, a internet web se deslocar para internet móvel. A partir de 2006, a internet de mídias sociais, baseada em dispositivos móveis e em aplicativos, que é o padrão da internet que nós encontramos hoje.

Enfim, neste momento em que nos encontramos agora, depois de ter visto o computador sem internet e computadores com internet, nós estamos vendo a internet sem computadores. Hoje falamos de internet das coisas e falamos da internet de vestir, da internet de tudo, não é? Com a internet em tudo, a palavra não é mais internet. A palavra é computação.

Eu tenho um filho pequeno e, por exemplo, na minha geração falava-se de entrar na internet. Hoje já não se fala nisso. Ninguém entra na internet, quem é nativo digital. Eles nem sabem falar de internet. Na verdade, eles falam em YouTube ou de Snapchat ou de WhatsApp. Falam das partes porque não falam do todo. O mundo mudou e esse é mundo de cidadãos hiperconectados.

Esta é uma *tag* que eu fiz. A outra é meio aleatória, montada. Essa, não. Essa tem valor estatístico, porque eu peguei 4.500 títulos de livros, artigos e trabalhos publicados em anais, 4.500 títulos sobre a área de internet, Estado e democracias digitais e fiz essa nuvem de palavras.

Essa nuvem expressa mais ou menos aquilo que é o interesse contemporâneo nesta área especificamente. Essas palavras têm peso, como vocês estão vendo. Curiosamente, não é a palavra internet que está no centro. A palavra internet é secundária. A palavra central - e é isso que ajuda a compreender bastante - é participação. Vocês estão vendo aí, *participation*, é governo, por exemplo, é informação, transparência, *social media*. Essas são as palavras-chave hoje, as palavras centrais daquilo que nós estamos fazendo.

Isso expressa muito claramente o que se está fazendo na área acadêmica nesse campo do digital aplicado à política, ao Estado e à democracia e o que se está fazendo no campo das experimentações em governos, em entidades multilaterais, em todos os ramos de atividade.

A ideia de democracia, da digitalização da democracia é uma ideia cujo tempo chegou, e provavelmente não vai parar tão cedo. O campo que considero mais abrangente de internet e



democracia é esse campo de tecnologias digitais da comunicação, da informação e da democracia. Portanto, é um campo de convergência dessas duas coisas. E é esse exatamente o lugar onde nós nos situamos.

Mas o que seria exatamente isso? Caberia uma palestra enorme sobre isso. Vou ficar dentro do meu tempo. Quero apresentar para vocês apenas uma cartografia daquilo que se faz nesse âmbito especificamente e separei em duas perspectivas. São as mesmas coisas vistas de duas perspectivas.

De um lado, a perspectiva das instituições da democracia. Nós estamos numa Casa deliberativa, uma das instituições da democracia representativa. Certamente, o uso de tecnologias digitais e dos ambientes digitais, e as próprias práticas que as pessoas fazem, independente de projetos ou de iniciativas especificamente para comunicações digitais, têm uma função, que é a de formar governos legislativos – depois eu vou dizer por que esqueci o Judiciário aqui, mas não esqueci – mais eficazes e eficientes.

Esse é um requisito, uma demanda geral sobre eficácia e eficiência de governos e de parlamentos, de governos e de parlamentos em toda parte.

Essa reivindicação.... Falou-se por muito tempo de crise da democracia, depois, de crise da democracia representativa. Essa noção de crise é muito complicada, porque estamos sempre diagnosticando crises e mais crises, e não se sabe quando as pessoas estão falando de verdade e quando estão exagerando, mas certamente temos problemas na representação. Um dos problemas está relacionado à eficácia e à eficiência. E a certeza que nós temos é de que mais e melhor tecnologia pode produzir mais eficácia e mais eficiência.

Segundo, uma entrega mais justa e universal dos serviços públicos. Uma das áreas de pesquisas mais fundamentais é a do chamado *e-public services*, a entrega de serviços públicos digitais. Sei que há um projeto, inclusive do Governo Temer, para se fazer um governo digital do Brasil, com uma espécie de portal único com todos os serviços públicos transacionais que podem ser digitalizados. Essa é uma tendência mundial. Espero que se consiga neste Governo.

Governos mais eficazes, mais transparentes. A transparência é um requisito fundamental. Vocês veem que é uma das palavras-chave. Essa é uma das questões fundamentais hoje, a transparência dos governos e dos parlamentos.

Mais *accountable*. Essa palavra inglesa é muito importante, mais no sentido da prestação de contas, de ser mais responsivo, quer dizer, responder mais às questões e às demandas da própria sociedade.

Mais aberto ao interesse e ao olhar público. É uma das tendências mais fortes na nossa área, a área do chamado governo aberto ou *open government*, e de *open data*, dados abertos, inclusive das Casas Legislativas. Há iniciativas interessantes, por exemplo, da Câmara Legislativa, da Câmara dos Deputados, do projeto que conheço, do Laboratório Hacker e outros, trabalhando com dados abertos.

O Brasil é signatário da chamada iniciativa mundial de governos abertos, que foi proposta por Barack Obama, e o Governo Dilma endossou. Aparecem os dois líderes, justamente Brasil e Estados Unidos. Portanto, essa dimensão, esse pacote de governo aberto é muito importante hoje como tendência mundial.

Também há a possibilidade de se produzirem parlamentos e governos mais pluralistas, portanto, com capacidade de ouvir mais vozes além daquelas dos atores políticos tradicionais. Por meio de tecnologia digital, isso é absolutamente possível, com melhor acesso a serviços e proteções para minorias e grupos vulneráveis, questão de aplicações de tecnologias digitais para



reivindicação de direitos, para denúncias de violações de direitos, que é uma das aplicações mais comuns e mais fortes nessa área de internet e sociedade. Por fim, visto do lado do cidadão, a questão de como dotá-lo de recursos digitais para a participação.

Participação, como vocês estão vendo, é uma palavra-chave dessa área. Em toda parte, fala-se em participação. Projetos de participação estão em todos os âmbitos, em todas as sociedades hoje em dia. Participação digital, *e-participation*, para a responsabilização do Estado e dos agentes públicos pela sua conduta. Isso é outra coisa. É a *accountability* vista do lado do cidadão, uma *accountability* pública, não apenas horizontal entre órgãos do Governo, mas também uma *accountability* vertical, a possibilidade de acompanhar, de monitorar, para o controle das contas e do gasto público. O Governo brasileiro tem avançado bastante nisso. Naturalmente, ficou nos limites daquilo que obriga a Lei de Responsabilidade Fiscal. Avançou muito pouco para além daquilo que a lei estabelece como limite, mas avançou. Pode-se avançar muito mais. E, para o monitoramento dos agentes públicos, o Portal da Transparência é uma resposta a esse tipo de demanda que é importante.

Para a apresentação e a sustentação de demandas, significa, na verdade, que a população tem o que dizer. Se o Governo e o Parlamento não quiserem se fechar numa concha, podem ouvir o que o cidadão quer dizer. Em toda parte do mundo, há projetos enormes tanto de petição eletrônica como de consultas públicas *online* e outras formas de compartilhamento de poder por parte dos representantes ou dos executivos.

Para a denúncia de violação de direitos, que é uma das coisas fundamentais, depois do padrão de mídias sociais... Um dia, facilmente, pode-se capturar e postar um vídeo. Esse fluxo de *downloads* e *uploads* é muito rápido. Há denúncias de violações de direitos em toda parte do mundo. Então, se há uma manifestação, se há violência policial, o indivíduo pode denunciar. Se há corrupção, pode-se denunciar muito mais facilmente através desses meios, por exemplo. Essa é a democracia digital operando.

Por fim, para o acesso a dados e às informações do Estado, o Brasil vem responder com uma lei de acesso, mas a digitalização ainda é muito complicada, porque ela não diz que o acesso tem que ser digital, mesmo porque o Governo não tem digitalizado todos os dados. Quando são digitalizados, não são organizados e, de alguma maneira, também não estão disponíveis. Também as plataformas não se comunicam. Há uma grande agenda pela frente no que diz respeito à evolução, digamos, do Governo brasileiro, do Estado brasileiro no atendimento de acesso a dados, nesse sentido de portais de dados abertos. À medida que for crescendo o volume desse material, é fundamental para o desenvolvimento do País que se alcance esse padrão.

Afinal de contas, a democracia serve para isso, a democracia digital, porque todos vemos as possibilidades oferecidas pelos meios digitais, não só pelos meios, mas pelos ambientes digitais. Não se pode pensar que são apenas aparelhos. São aparelhos por meio dos quais as pessoas têm contato umas com as outras o tempo todo. Esse modelo do chamado cidadão hiperconectado, em consumo intermitente de informação política e de informação relevante para tomar decisão de produção de conteúdo, de circulação de conteúdo, isso tudo é visto mundo afora como uma nova onda de renovação das instituições e de processos que sustentam a democracia liberal. Também serve como movimento, como onda de renovação dos esforços para tornar e criar outras democracias e melhores democracias, obviamente.

Por fim, vem a pergunta de pesquisador: como a tecnologia e o seu uso alcançaram e modificaram a democracia representativa? É uma pergunta-chave que queremos examinar.



Uma das razões da criação desse Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital é responder a essa pergunta, inclusive para tentar fazer um elenco das melhores práticas para se aplicar ao Estado brasileiro, para ficar como sugestão para o Estado brasileiro em todos os níveis. Mas há que se fazer uma pergunta: como isso é alcançado? Obviamente, isso não pode ser objeto de uma palestra de 20 minutos. mas eu diria para vocês que tenho uma curiosidade muito grande. Por isso resolvi medir coisas.

Nesse âmbito do uso extensivo de tecnologias digitais para a política, para o Estado e para a democracia, nós temos três horizontes de coisas que devem ser consideradas. Primeiro, ficou este PPP. Não são palestras de marqueteiro os três Ps. Foi por acaso. Há a questão dos projetos.

Nós gastamos muito tempo estudando projetos e iniciativas mundo afora, grande parte delas patrocinadas por governos e por instituições do próprio Estado, mesmo instituições multilaterais, como a União Europeia, por exemplo, que patrocina muito disso, e o Banco Mundial, ou que incentivam, como a Unesco etc. Então, há muitos projetos e muitas iniciativas. Muitos desses projetos naturalmente não passam da fase *beta* de experimentação e, depois, não são implementados ou vão para um cemitério de boas ideias ou de ideias que não deram certo. Outros continuam e são usados numa espécie de banco de projetos que vão alimentando outros.

Então, nós temos hoje um *benchmarking* de grandes experiências nas três áreas: de política, de democracia e de Estado digital.

Depois, há as práticas que não são propriamente projetos. As pessoas não fazem o que se quer nem o que se projeta. As pessoas, por exemplo, discutem enormemente política no Twitter ou no Facebook, no Instagram também, até no WhatsApp. As pessoas falam sobre política, as pessoas fazem as suas tretas, etc. A política faz parte da vida das pessoas, e esse é um ambiente que não pode ser desprezado pela política institucional ou por qualquer projeto de democracia digital, porque as pessoas fazem as coisas pelas suas próprias cabeças. Esse não é um espaço que pode ser desprezado.

Por fim, temos a área da pesquisa. Temos um conjunto enorme de pesquisadores que estão seguindo em geral um pouco de teoria. Essa teoria foi 40% daqueles que produziam em determinado momento, agora deve estar em torno de 15%. O resto é análise de projeto e iniciativas ou análise de práticas e potenciais do uso de tecnologias digitais para melhorar a democracia, para melhorar a vida pública.

Então, fiquei pensando em como medir o impacto e a origem disso. Qual é o alcance disso? Fazer o elenco de todas as práticas seria impossível, porque nem todas as partes estão detectadas ou documentadas ainda. Então resolvi medir a pesquisa, sobretudo a pesquisa que acompanha as práticas e os projetos. E trouxe uns gráficos para mostrar por que estou falando de 20 anos de democracia digital.

Nessa minha tese, vou usar a tensão acadêmica como indicador tanto do nível de intensidade dos projetos de iniciativas como das mudanças de meios e de temas, para que vocês possam perceber quais são os temas fundamentais aqui.

Eu dividi esse campo em três subcampos. O primeiro é esse da democracia digital em sentido estrito. Depois vou decompor em vários temas. Essa é distribuição dos estudos da pesquisa durante esses 18 anos. Alguns de vocês devem ter nascido em 88, portanto se identificam com isso. Vocês vêm a mudança que vai acontecer.

Chamo a atenção para – e vai se repetir no gráfico – o fato de que essa coisa começa em 98, mas 96 é a data de início de um interesse forte nessa área de aplicações de tecnologias para a



sociedade, para a vida pública, para a política e para o Estado. Em 98, as perspectivas de democracia digital têm volume suficiente em termos de publicações. Há um fluxo que vai até 2006/2007, quando há um corte. Vocês vão entender que esse corte... Quem acompanha a tecnologia, que é usuário pesado de tecnologia sabe o que acontece em 2005, 2006 e 2007, que é o uso extensivo à população das chamadas redes sociais no Brasil, *social media*. Facebook e Twitter são desse período, que modifica enormemente a intensidade do uso e do interesse nessas coisas.

Depois há uma inflexão mais ou menos nos anos de 2011/2012. É outro evento-chave que vai modificar tudo, que vai modificar o interesse também, que é a descoberta da internet para fazer protestos e manifestações: Primavera Árabe, Occupy, Indignados. São todos movimentos desses anos que explicam essa mudança.

Sobre o campo da política especificamente, que é a reta que mais explica o movimento todo, de 96 a 2015, são exatamente 20 anos. E vocês percebem novamente os dois segmentos. Da metade até 2006 é uma coisa; depois, de 2006 a 2015 é outra coisa. E a explosão em que nós nos encontramos, nessa área de 300 títulos por ano. Isso é só para vocês entenderem um pouco do fluxo e de onde vem. Não é de longe.

Nós estamos estudando um fenômeno que está em movimento. É um fenômeno que está acontecendo neste momento em toda a parte.

O terceiro tema é do Estado digital. Prefiro chamar de Estado digital, porque é um tema mais antigo, como o governo eletrônico. Hoje, obviamente, não se trata apenas de governo eletrônico. Há uma área de aplicações enormes, chamada de Parlamento digital. Então eu dividi entre Parlamento digital e governo eletrônico. Ela é mais recente. É uma área do ano de 2000 para cá. De fato, tem volume para isso. São 15 anos de trabalho na área de Parlamento digital e de governo eletrônico com alguma importância, como vocês estão vendo.

O mesmo fluxo depois dispara novamente nas mídias sociais, com as revoluções. Portanto, chega ao que nós somos hoje.

Rapidinho, porque meu tempo está acabando.

Por fim, juntei os três gráficos em um só, com essa bandeira portuguesa, essa mistura aí. A área de políticas é, portanto, a mais forte obviamente, as aplicações. Vejam que até 2006 tudo está muito juntinho, depois se espalha muito, porque há uma área de protestos, de mobilização e de movimentos. A política se torna dominante, sobretudo essas relativas a discussões e deliberação pública em mídias sociais.

A democracia digital como tema específico tem uma área maior em determinado momento. Hoje, vocês estão vendo que o tema do Estado digital foi crescendo pouco a pouco e foi se tornando uma tendência dos estudos e de aplicativos, do desenvolvimento de aplicações bastante fortes nessa área.

Fiz um gráfico de cinco em cinco anos para vocês perceberem o crescimento do interesse público sobre essa área de que estamos falando, de política, Estado e democracia digital. Estamos vendo, digamos assim, que a área de democracia digital parou de crescer e praticamente atingiu um pico em 2010 e se manteve. A área de Estado digital, portanto, Parlamento e governo eletrônico tem crescido enormemente. Vejam a multiplicação de 1995 até 2015, o que acontece. Enquanto isso a área de política *online* cresce imensamente.

A política *online* se compõe basicamente de três núcleos. Vou falar de três ou quatro áreas fundamentais. A primeira é de estudo de eleições, campanhas e eleições *online*. Isso se mantém.



A segunda é a área de participação, que é muito forte. E a terceira é a área de sociedade, em que entra a sociedade civil, a sociedade bem organizada, protestos, mobilização e coisas desse tipo.

O subcampo da democracia digital se compõe destas áreas basicamente: transparência, estudos de transparência, participação e deliberação pública. Essas são as três, mas há outra que é antiga, de que hoje se fala um pouco menos, de que se falava bem mais quando se começou a mencionar a internet, que é a chamada *england digital divide*, uma espécie de injustiça ou desigualdade digital. Aqui se fala de inclusão digital, mas inclusão digital são as políticas públicas para dar conta das injustiças ou das desigualdades digitais. São essas três áreas.

A proporção dos estudos, do interesse e das iniciativas são essas, dos projetos. Há muito mais projetos na área de participação, que de fato é o tema central aqui. Então, há mais projetos na área de participação. Há muito mais. Depois de participação vem teoria geral da democracia digital e a área de deliberação. Vocês estão vendo que a transparência e a questão da desigualdade digital são temas menores nesse campo.

O outro é a área de governo eletrônico e Legislativo, governo e Legislativo digitais. Eu separei em um primeiro gráfico para vocês entenderem a proporção. Parlamento digital é de fato menor, são bem menores as aplicações, e por várias razões: os governos têm mais financiamento e apoio para isso, então apoiaram desde o começo projetos de democracia digital, iniciativas de democracia digital. Os parlamentos são mais lentos, mas também porque em outros sistemas não presidencialistas o governo digital como parte do parlamento se desenvolve com iniciativas conjuntas. Esse também é um fator que explica isso.

Vocês estão vendo que falta uma coisa, que seria o Judiciário digital. Não existe na nossa área praticamente nada, na área de experimentos ou de iniciativas, do Judiciário digital. O Judiciário é um poder de alguma maneira arcaico – diria arcaico porque é moderno, a democracia é moderna, desde a origem é moderna –, um poder cuja transparência é baseada em plenário, que é um lugar para onde as pessoas se deslocam fisicamente, no espaço especificamente, atas e pareceres. É o máximo. Então, no caso do Judiciário, estamos ainda no padrão plenário, atas e pareceres. É um padrão pré-digital. Portanto, é um padrão ainda da escrita em papel. E, de fato, não há nada... O pesquisador só pode lamentar, não pode fazer nada.

Isso é do Parlamento digital, é uma nuvem de palavras com os estudos na área de Parlamento digital. Aí você tem coisas das quais não vou poder falar que são importantes, como a questão da legislação colaborativa, que é uma dimensão importante, a relação do Parlamento com as redes sociais, a questão da colaboração, entra um pouco daquilo que se chama hoje de *crowdsourcing*. São os temas fundamentais do campo de Parlamento digital.

Vou adiantar porque não gosto de desobedecer ao tempo.

O campo do governo digital também é feito com uma *tag*, com cerca de mil trabalhos. Aí vocês têm os temas fundamentais. São os temas, primeiro, do e-gov sentido estrito, que é o maior de todos. Daqui a pouco vou mostrar a proporção. Tem o tema da participação, que é o maior dentre eles. Dentro da participação, o tema mais novo, o tema que aponta para o futuro é a chamada *crowdsourcing*, ações colaborativas contando com a cooperação da sociedade para qualquer coisa, até para a regulamentação, para *policy making*, fazer políticas públicas, para a elaboração de atividades fundamentais. Tem o tema da governança eletrônica. E tem um tema novíssimo. Tenho bibliografia sobre isso dos últimos cinco anos, por exemplo, que é o tema do chamado governo aberto. É novo, mas, como dizem os meninos da internet, está bombando. De fato, uma grande parte das energias vão para a área de governo aberto neste momento, que é o tema da moda. Se vocês quiserem os temas da moda, neste momento são dois: um chamado



mgovernment, ou *mgov*, que é o *mobile government*, a ideia de ir para o governo... Ou o Governo 2.0. O Governo 2.0 primeiro e o governo *mobile* depois.

Essas áreas seguem mais ou menos o mesmo padrão. Essa é a última coisa que eu digo aqui para de fato não violar demais o tempo.

O fluxo da relação da sociedade com a internet é o fluxo da relação dos projetos e dos temas novos. Se vocês pensarem nos anos 90, na metade dos anos 90 há o um uso da internet baseado na *web*. A *web* gráfica, etc. Então, você tem tudo o que há de governo eletrônico, de governo digital, de democracia digital, etc. baseado no padrão *web*. Quando muda esse padrão, na virada dos anos 90 dos para os anos 2000, metade dos anos 2000 se consolida esse padrão, muda-se para uma internet de redes sociais. Portanto, a internet social surge naquele momento. Surgem também as aplicações e os projetos baseados em internet social.

A fase em que nós nos encontramos hoje já passou um pouco disso. Não é mais simplesmente a internet 2.0, colaborativa, nem a internet social, mas a chamada internet *smart*, baseada na inteligência, em aplicativos, em dispositivos que fazem coisas inteligentes. O tema *smart cities* está colocado ali também, baseado em dispositivos móveis, portanto mídia locativa: você sai por aí com seu dispositivo, não carrega um computador.

Portanto, questões de geolocalização são formas colaborativas importantes aqui. E baseada em aplicativos. Usamos todas as coisas por aplicativos, muito mais do que na *web*. E essa explicação de o governo "m" sair da fase *web* para "m" e de 2.0 para o "m" é um movimento comum.

Por fim, essa é um pouco da distribuição de hoje. Esses são os temas fundamentais: o problema do governo digital, que ocupa desse conjunto quase a metade; o tema da participação, que tem 38% dos temas; e os outros temas de que nos ocupamos hoje, como o problema da entrega do serviço público *online*, que é um tema importante para governos. Eu disse que o Governo Temer está trabalhando em um projeto desse tipo. Espero que tenha sucesso. Há o tema do governo aberto, o tema das cidades inteligentes, que, portanto, tem a ver com a governança das cidades. E isso mais ou menos se distribuem naquela proporção.

Então, o movimento todo – creio que posso terminar neste ponto - é esse. Digamos, os esforços para fazer as tecnologias digitais funcionarem a favor da democracia acompanham os usos e as práticas dos interesses das pessoas com relação às tecnologias. Passamos de um cidadão que se interessava esporadicamente e intermitentemente para um cidadão hiperconectado, um cidadão apoiado em tecnologias e dispositivos móveis, um cidadão apoiado em banda larga e um cidadão que colabora. Aquilo que o Marcelo Tas falava de manhã se aplica também neste caso.

É isso o que nós tínhamos para apresentar. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Agradecemos a palestra do Prof. Wilson Gomes, que nos deu um painel, um histórico do alcance da democracia digital. Uma expressão que o Professor usou ficou na minha cabeça: o computador sem internet e a internet sem o computador. É impressionante a evolução nos últimos dez anos de todo esse processo.

Passamos a palavra agora para a Profª Rousiley Maia, que é Professora Titular do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutora em Ciência Política pela Universidade de Nottingham, Inglaterra, tem diversos trabalhos publicados em livros e em periódicos especializados sobre os temas da representação e da representatividade política, também sobre comunicação política.

Vamos, então, passar a palavra para a Profª Rousiley proferir a sua palestra.



A SRª ROUSILEY C. M. MAIA – Boa tarde. É um prazer enorme estar aqui. Agradeço ao Senador Wellington Fagundes e ao Senador Cristovam Buarque.

É particularmente importante fazer este tipo de discussão nesta Casa, porque aqui é o lugar onde se tomam decisões e se institucionalizam questões, planos, projetos e políticas. Portanto, pensar o futuro nesta Casa é da maior relevância. Daí a minha satisfação enorme em estar aqui.

Prefiro falar em pé. A minha apresentação é sobre a deliberação democrática em ampla escala. É um tipo de participação.

Eu vou apresentar os seguintes tópicos.

Primeiro, para entender, o meu objetivo é apresentar um projeto para pensar a deliberação em ampla escala, que é um dos desafios contemporâneos. Para chegar a esse projeto, vou falar um pouco sobre o contexto das teorias e das práticas deliberativas e apontar muito rapidamente os desafios e o que aprendemos nesses últimos 15 ou 20 anos com esses projetos, para focar, então, nesse projeto que eu chamo "Criando capacidades deliberativas em escolas brasileiras".

A origem dessa democracia – é um modo de pensar a democracia –, é um modelo que tem origem no pensamento do filósofo alemão Jürgen Habermas e do filósofo americano John Rawls. Essa forma de pensar a democracia tem afinidade, sobretudo, com o republicanismo cívico e com as teorias da democracia participativa, em que o diferencial, o foco, o interesse é pensar como o Estado deve fazer avançar os interesses e as necessidades dos cidadãos, como ele pode tomar decisões eficazes, mais justas, mais sólidas, mais estáveis. E, sobretudo, um grande diferencial é pensar a legitimidade dessas decisões na medida em que elas estão em consonância com os interesses e as necessidades dos cidadãos.

Então, brevemente, os princípios normativos da deliberação, já que é um modelo para se pensar a forma de tomar decisões e resolver problemas e conflitos baseados no diálogo, que deve ter as seguintes características: baseados na reflexão, na argumentação, na troca de ideias; na inclusão de todas as pessoas afetadas ou concernidas; na igualdade entre os participantes, pensados como uma igualdade moral e política: todos podem participar, todos devem participar; a interação livre, respeitosa; a ausência de restrições de tópicos; a possibilidade de rever as decisões.

É curioso pensar nesses princípios, nessa condição de um Congresso pensando o futuro, porque esses princípios tiveram origem na década de 80 aproximadamente. A década de 90 foi o momento das controvérsias normativas. E, como falamos ontem diversas vezes, pensar o futuro é planejar esse futuro, muitas vezes inventá-lo, muitas vezes criar instituições que não existem a partir de certas ideias, de certos princípios e valores.

Então, nesse primeiro momento das controvérsias normativas dos anos 90, esses princípios deliberativos pareciam excessivamente utópicos, pouco realistas para ser aplicados na chamada política real, em que o debate filosófico, sobretudo, se dava em torno daqueles vários princípios: qual o tipo de comunicação; qual o tipo da razão, da racionalidade; é possível que o cidadão comum desenvolva esse conhecimento qualificado, sofisticado, para tomar decisões acerca de questões complexas; como pensar a inclusividade, etc.

A partir dos anos 2000, essas ideias inspiraram uma série de experiências mundo afora, de que eu vou falar na sequência, para chegar ao momento contemporâneo, que é pensar um sistema deliberativo que eu também não vou antecipar.



Aqui estão várias experiências de minipúblicos pensados como miniesferas públicas que reúnem cidadãos. Eles podem ter diferentes características: podem ser mistos com representantes políticos; podem estar ligados somente a pessoas encarregadas de construir políticas públicas. Têm origem em vários modelos: júris de cidadãos, células de planejamento, conferências de consenso, *deliberative pools*, assembleias de cidadãos. Têm diferentes modelos de recrutamento de participantes, de durabilidade desses encontros, de formas das atividades: se os cidadãos recebem material instrutivo previamente, se se preparam para as discussões. Como esses resultados são construídos, se são apenas para recomendação, se o objetivo é fazer uma consulta pública ou efetivamente uma partilha de poder para tomar certas decisões.

Destaco que o orçamento participativo no Brasil chamou a atenção de todo o mundo pela qualidade participativa, em alguma medida deliberativa.

Então, aqueles princípios inspiraram vários experimentos, várias iniciativas mundo afora. Elas não são recentes, mas ganharam uma vitalidade enorme com essas teorias, esses conceitos e princípios para se pensarem novas práticas e inovações democráticas.

Naquele primeiro *slide* estou mostrando estudos que fazem comparação desses diferentes fóruns e iniciativas com esses diferentes *designs*, modelos e propósitos. Aqui estão experiências transnacionais desenvolvidas sobretudo pela União Europeia. Então, temos a Európolis, Ágora, uma União Europeia Ideal, *Your Voice*, *Futurum*. Todas essas iniciativas agregam pessoas de diferentes países para pensar problemas comuns, como resolver problemas de imigração, problemas de mudanças climáticas, problemas de sistema saúde.

O meu propósito ao apontar essas experiências é mostrar a vitalidade daquela invenção que parecia utópica e não-operacionalizável no mundo da política real, como ela ganhou institucionalidade, orientou várias práticas políticas e etc. mundo afora.

Já que esta Mesa está tratando do digital, e o digital sempre acompanhou essas experiências, vários fóruns *online* para que os cidadãos emitissem suas opiniões, participassem de fóruns de discussão que apresentassem questões por meio de vídeo. As experiências são diversificadas, algumas delas com grupos polarizados, algumas com grupos que pensam de maneira mais semelhante. E há um conjunto enorme de pesquisas para institucionalizar aqueles princípios e tornar a democracia mais eficaz, ampla e democrática.

Todas essas experiências apresentam uma série de desafios. No caso da esfera cívica, como tornar a participação mais inclusiva e construir um julgamento mais reflexivo, mais sofisticado ou melhor fundamentado. Na esfera institucional, a questão da vontade política, como essas recomendações dos cidadãos podem efetivamente orientar as decisões políticas, ser incluídas nas práticas. Muitas vezes, essas recomendações concorrem com outras recomendações ou outros interesses. Portanto, a questão da transferência, da *accountability*. Então, temos atualmente um acúmulo de conhecimentos para saber quais as condições em que a deliberação é mais favorável, quais são os fatores que comprometem essa prática da deliberação.

Chego, então, à terceira fase, a que me interessa mais, onde o meu projeto estaria inserido. O conjunto de estudos, de experiências e de práticas levou a esta indagação: como fazer a deliberação operar em uma sociedade de democracia de massa? Os minipúblicos, os fóruns são uma das inovações mais promissoras da democracia, mas eles ainda são restritos. Como incluir os cidadãos em grande escala? E daí em todas as escalas no nível da instituição formal: dos representantes e do público em geral.



Nesse sentido, a minha apresentação se conecta com as discussões que foram feitas hoje pela manhã: pensar a educação como uma máquina para preparar a democracia no futuro, pensando democracia como uma forma de construir a liberdade, a autonomia, a autorrealização das pessoas.

Existem várias experiências. A deliberação inspirou pesquisadores de diferentes áreas, e os pesquisadores da área de Comunicação desenvolveram diferentes experiências, também mundo afora, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

Essas são as experiências mais robustas de *deliberating in a democracy*, sobretudo nos Estados Unidos, que fizeram uma parceria com diferentes países: Estônia, Lituânia, Rússia, Ucrânia, recentemente, Brasil, também, Colômbia, Equador México, Peru.

Aqui entra o resultado da pesquisa. Eu venho trabalhando com deliberação há aproximadamente 15 anos, ou até mais, e este é um projeto que foi desenvolvido com um parceiro, o Prof. Jürg Steiner, que é professor emérito da Universidade de Carolina do Norte e da Universidade de Berna. Trabalha também com deliberação há várias décadas. É um dos expoentes nessa área. O primeiro trabalho dele é sobre pensar qualidade deliberativa. Ele criou um *index* para medir a qualidade dos debates em parlamentos de diferentes sistemas de governo na Europa. Na sequência, ele trabalhou com grupos informais, cidadãos discutindo sobre questões controversas.

Aqui no Brasil, eu trabalhei com meu grupo de pesquisa na UFMG, com as interfaces da deliberação, o ambiente dos *media* em geral – os *media* tradicional, os *media* digitais. Também com a conversação informal dos cidadãos. E, na sequência, uma preocupação que desenvolvi também são grupos excluídos que lutam por justiça e buscam reconhecimento em diferentes esferas: na autorrealização, na esfera jurídica e na esfera do trabalho.

Isso resultou num livro – que nós acabamos de concluir, ele vai ser publicado em março do ano que vem pela Cambridge University Press – que trata de grupos profundamente divididos no Brasil, na Colômbia e na Bósnia e Herzegovina. A ideia dessa pesquisa era entender como é que pessoas – grupos que nutrem hostilidade, temor, ressentimento, uns pelos outros – podem discutir sobre questões para resolver o próprio conflito.

A pergunta básica era: como construir uma cultura de paz entre esses grupos profundamente divididos? Nossa premissa era: se é possível encontrar um bom nível de deliberação nesses grupos divididos, nessas condições desfavoráveis, é provável que ela possa ser replicada em condições mais favoráveis. Então, o interesse era entender como essas pessoas discutem, quais os momentos em que as discussões se caracterizava por uma troca deliberativa e quando essa troca era rompida pelo ódio, pela agressão, por diversas possibilidades que podem interromper esse diálogo construtivo. E nós olhamos para diversas variáveis desses elementos que podem tanto colaborar com a deliberação quanto obstruí-la, que são provimento de razões, histórias pessoais, humor e sarcasmo, silêncio, líderes que ajudam e líderes que obstruem a deliberação.

A ideia, portanto, atualmente, é pensar essas experiências, pensar esse conhecimento que foi produzido a partir dessas discussões com grupos profundamente divididos, transformar em material didático, para que possa ser aplicado em escolas públicas.

Os estudos sobre deliberação em outros países, Estados Unidos e Europa, mostram que esses valores, esses princípios e esses comportamentos deliberativos podem ser ensinados e podem ser aprendidos. Isso não é um comportamento natural. Então, se aqui no Brasil já temos algumas experiências para participação cívica, o nosso interesse é criar uma iniciativa fundada



nesses princípios, a partir daquela pesquisa em que sistematizamos esses elementos que ajudam ou obstruem a deliberação.

A nossa proposta é criar diferentes momentos de aprendizagem das capacidades deliberativas. Um primeiro momento seria de aprendizagem, de conhecimento, de tomada de contato com esse material, no qual eles podem ter contato daqueles grupos, daquelas falas, dos comportamentos que ajudam e que prejudicam, a partir de conflitos autênticos e reais, de um material concreto, muito rico, muito diversificado, que essa pesquisa gerou.

Na sequência, haveria uma parte para praticar essas habilidades, como formas de aprendizagem, de fato. Menos interessados nos conteúdos, estamos interessados nos comportamentos. Então, eles podem reproduzir performaticamente esses comportamentos: do líder que ajuda, do líder que atrapalha, do humor quando é bem-vindo, do humor quando cria uma ruptura no engajamento, as histórias que ajudam, as histórias que comprometem.

Essas práticas poderiam ser reproduzidas para toda a classe num terceiro momento, que seria, então, de uma replicação dessas experiências, como práticas efetivas de deliberação, envolvendo a família, a comunidade e a sociedade de forma mais ampla, como uma forma de ampliar, em larga escala, essas capacidades deliberativas.

A nossa ideia é trabalhar com temas sensíveis, que os próprios estudantes podem escolher.

Aqui, eu retomo certas falas da discussão inicial das mesas sobre educação, na manhã de hoje, no sentido de que educação também deve ser pensada, para além das capacidades profissionais, como capacidades éticas, relacionadas a como construir interações mais justas, sem dominação. Todos esses temas estão ligados a diferentes formas de dominação, de exploração, de estigmatização, de exclusão, que possivelmente, no Brasil, essas pessoas, esses estudantes, esses jovens vivenciam no cotidiano.

Para garantir uma conexão com a institucionalidade, a ideia é que esses temas estejam relacionados com projetos de lei. Portanto, é uma forma também de tomar contato com o processo de institucionalização. Esse projeto é uma rede de pesquisadores que encampam pesquisadores da área de ciência política, comunicação, ciência da informação e educação.

A ideia inicial é capacitar, num projeto-piloto, 500 jovens desenvolvendo esse projeto, em que o uso das tecnologias digitais, esperamos, seja amplamente utilizado primeiro para criar um banco de dados com todo esse material, as experiências e o material didático disponível tanto para pesquisadores, professores e estudantes. A ideia é que os *workshops* possam ser filmados, os participantes possam dar depoimentos em blogues, redes sociais, para que essa experiência seja replicada, tornando-se um material passível de ser replicado em minipúblicos. Pretendemos ter também, no momento de expansão dessas práticas para a sociedade e para as comunidades, o uso intensivo de blogues, redes sociais, questionários pré e pós-testes, e grupos de controle, em que poderemos, então, medir a eficácia.

Aqui já é a ideia de um *legacy website*, para tentar avaliar o impacto dessa iniciativa, que seria original tanto internacionalmente quanto no Brasil, também pensando em utilizar os comportamentos já sistematizados que favorecem e obstruem a deliberação, para criar essas capacidades deliberativas.

Assim, na fase de avaliação do impacto, pensaríamos em grupos de controle e esses questionários, produção de material para multiplicar a experiência – material didático, multimídia, relatos em blogues, redes sociais – e uma fase de contato com autoridades, parcerias



com secretarias da educação, para a transferência de conhecimento, possibilitando que esse projeto possa vir a inspirar uma política mais ampla em escolas públicas e privadas no futuro.

Então, era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Agradecemos à Prof^a Rousiley pela sua explanação, tratando de diversas questões a respeito da deliberação democrática em ampla escala, colocando questões do tipo: como fazer a deliberação operar numa sociedade de democracia de massa nos meios digitais; ampliação da escala, que a professora conceitua como os minipúblicos, para um público geral; como utilizar os instrumentos para fazer com que grupos antagônicos possam realizar procedimentos de deliberação que permitam algum consenso; enfim, diversas questões de interesse do tema de que estamos tratando aqui.

Vamos passar agora a palavra para o Prof. Sérgio Braga, da Universidade Federal do Paraná, doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Campinas, coordenador dos grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais sobre os temas ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura, de 2010 a 2015. O professor tem diversos trabalhos publicados em livros e periódicos especializados, dos quais destacamos textos sobre os impactos das tecnologias digitais nas instituições representativas.

Essa questão tem toda relação com o tema de agora à tarde.

Por favor.

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Boa tarde a todos.

Vou começar a minha fala fazendo minhas as palavras que o Senador Cristovam Buarque disse ontem na sessão de abertura do evento e elogiando o trabalho do Senador Wellington Fagundes e de toda a sua equipe aqui no Senado, não só pela organização desse importante evento, mas também pelos trabalhos que vem realizando na Comissão Senado do Futuro.

Até por dever de ofício – estudo há muito tempo Parlamento e internet –, eu venho acompanhando, com muito cuidado, os trabalhos da Comissão. Esses trabalhos são um exemplo claro de que o desafio da Administração Pública não é só criar instituições mas também ocupá-las com atores que tenham vontade política e iniciativa de tocar o trabalho para frente de fato e apresentar resultados para a sociedade.

Não há reconhecimento maior da natureza positiva desse trabalho do que a presença maciça dos palestrantes no evento e o apuro com o qual foram feitas as apresentações, todas brilhantes, de pesquisadores de alto nível representativos de vários setores da sociedade, de empresários, ONGs e profissionais da comunicação.

Então, é com muita satisfação que venho falar neste evento. Apreendi muito com as brilhantes apresentações que me antecederam. Eu gostei muito do formato do evento, porque nos faz sair das nossas bolhas de conforto intelectual, ouvindo opiniões diferentes sobre assuntos que, às vezes, nós não conhecemos muito bem, mas que nos mostram a importância de determinados ramos da Administração Pública para nossa vida, pois trata de problemas que vivemos na vida cotidiana, e setores que têm uma visão diferente da nossa, muitas vezes, como representantes de empresa e tudo mais, mas que nos trazem uma visão que nos leva a repensar melhor muitas das ideias que temos. Então, é um formato de evento que acredito deva ser realmente conservado e reproduzido no futuro. Em segundo lugar, outro aspecto que considero muito positivo do evento é o fato de se realizar num contexto de crise – crise econômica, crise política. Então, considero isso muito importante, porque as crises, muitas vezes, nos levam a perder as perspectivas de futuro e a adotar comportamentos autofágicos, autodestrutivos, que



prejudicam aqueles objetivos orientados para a comunidade, para o coletivo, que a maioria das pessoas bem-intencionadas procura atingir.

A respeito da crise, na brilhante palestra que me antecedeu, o Marcelo Tas disse que, quando se formou em engenharia, foi uma crise vocacional, uma crise de identidade profissional, que o fez se reinventar e se tornar um profissional de comunicação reconhecido e competente. E as instituições, *mutatis mutandis*, modificam-se de acordo com o mesmo processo. Muitas vezes, são crises de identidade, crises de objetivo, que as levam a se repensar e se reinventar, tocando o barco para a frente.

Eu acredito muito nas soluções democráticas. Mais do que nunca, o Parlamento tem de se afirmar e apontar para a sociedade saídas coletivas e organizadas para o futuro da democracia. Senão, as outras soluções que temos são aquelas de volta ao passado, de experiências que não deram certo, que já demonstraram o seu fracasso anterior, emergindo, muitas vezes, como falsas soluções num contexto de crise, ou no velho populismo que tanto mal faz para as instituições democráticas, seja o populismo de líderes oriundos de movimentos sociais, seja o populismo oriundo de instituições judiciárias que se julgam no direito de tentar salvar a democracia à custa de despachos e medidas feitas na calada da noite, sem nenhum apoio e legitimidade popular.

Então, se nós queremos evitar essas falsas soluções para a crise, temos de prestigiar o Parlamento e participar ativamente desse tipo de evento, procurando sugerir perspectivas de futuro que aumentem a qualidade de vida das pessoas, aproximando-nos daquelas sociedades que todos nós admiramos, em que existem democracias constitucionalizadas num sistema econômico razoavelmente eficiente e distributivo.

Isso posto, eu vou aqui dar a minha modesta contribuição para o delineamento dessas perspectivas de futuro que possam servir como imagens, no sentido de dar certa consistência para esta nossa caminhada, para que possamos saber de onde estamos vindo e para onde vamos.

Respeito muito as perguntas do Senador Cristovam, mas, no contexto em que nos encontramos, não basta fazer as perguntas. É preciso dar as respostas também, ou tentar dá-las, para evitar que pessoas que não tenham compromisso com o fortalecimento das instituições democráticas comecem a ocupar esse espaço vazio. Então, eu me sinto na obrigação de traçar algumas perspectivas de futuro do que, a meu ver, pode ser um Parlamento do Futuro, que nos aproxime desses ideais democráticos da eficiência econômica articulada à justiça distributiva.

A minha estrutura de apresentação vai ser esta: ideias básicas subjacentes, que vou passar rapidamente, porque é mais um exercício acadêmico; algumas funções do Parlamento e do papel dos Parlamentares na institucionalização da democracia, dentro daquele contexto apresentado anteriormente pelo Marcelo Tas e outros pesquisadores; exemplos de boas práticas que podem ser adotadas pelos Parlamentos; e algumas prescrições, sugestões, lançando horizontes futuros que nos permitam saber para onde estamos indo e não fazer um caminho em zigue-zague, sem nenhuma coerência, racionalidade e esforço de planejamento estratégico por assim dizer.

Então, há três ideias básicas subjacentes.

O primeiro é o conceito de sistema político virtual, da Pippa Norris, uma cientista política de Harvard, que escreveu vários livros importantes sobre democracia digital, mas um livro particularmente importante, o *Digital Divide*, um dos primeiros livros sobre internet. O outro é *Critical Citizens*, que trata exatamente daquele cidadão crítico que o Marcelo Tas tão bem exemplificou aqui na sua exposição.



O segundo é o conceito de outras funções desempenhadas pelos Parlamentos modernos, pelos "e-parlamentos". Além da função de legislar ou de representar, que foi um modelo, uma perspectiva de análise desenvolvida pela professora da Universidade de Leeds Cristina Leston-Bandeira.

O terceiro é um caminho incremental às tecnologias digitais. Vão possibilitar um caminho incremental em relação a uma democracia representativa mais participativa e com mais espaços de deliberação pública, vamos dizer assim, que são ideias desenvolvidas pela Dominic Tinley, assessora da House of Commons, e pelo Prof. Stephen Coleman, que tem vários trabalhos nessa direção.

Rapidamente, o *virtual political system* nada mais é do que a propensão dos vários atores dos sistemas políticos a transferirem suas plataformas de atuação para o mundo digital, justamente por causa daquele processo de avanço tecnológico, que foi bem caracterizado aqui pela mesa anterior. Então, existe uma pressão para o uso de ferramentas digitais cada vez mais sofisticadas e cada vez mais rápidas, desde os *websites* até o WhatsApp, o Snapchat, passando pelo Facebook.

A segunda ideia básica são as várias funções desempenhadas pelos e-parlamentos. Então, há a função de resolução de conflitos – uma resolução democrática –, a função de representação, de legitimação, de fiscalização ou de supervisão, como querem alguns. Boa parte dessas funções já estão caracterizadas nos regimentos, mas existe uma série de outras funções parlamentares, dos e-parlamentos, dos Parlamentos digitais, que não foram ainda incorporadas pelos códigos legais, principalmente a função de educação, uma função participativa. Essa função mais geral, não só de fiscalização do Executivo, mas de supervisão de políticas públicas, isso se conjuga com algumas práticas que vou mencionar depois. Há um ou outro detalhe aqui, mas não é necessário.

Finalmente, a terceira ideia chave, rapidamente, é que esse é um processo incremental. Todo mundo que trabalha no Legislativo ou que já pesquisou o Legislativo percebe claramente a celeridade, a velocidade com que as informações, que antes eram de difícil acesso, hoje estão praticamente digitalizadas. Desta reunião aqui, por exemplo, daqui a 40, 50 minutos, as notas taquigráficas já vão estar disponibilizadas no *site* do Senado, o vídeo já vai estar decupado no YouTube, e a apresentação vai estar disponível para quem quiser ver, algo que era impensável há 15, 20 anos.

Então, nós estamos em um contexto em que as informações são bem apresentadas, até através de um processo sinérgico circular, uma situação em que já começam a se criar espaços de participação, de deliberação pelos cidadãos. Isso eu não vou detalhar aqui, mas foi de um artigo de Dominic Tinley, em um seminário que a Internet Oxford Institute realizou em 2008, organizado pelo Stephen Ward e pela Leston-Bandeira, que são pesquisadores ingleses de longa data sobre esse tema.

E aqui são os resultados desse processo incremental. Isso aqui eu extraí de um artigo que vou publicar, vai sair este mês, no Cadernos Carlos Chagas, em que fizemos os índices, os quatro índices, e aplicamos para as Assembleias Legislativas brasileiras. Muitas delas passaram por melhorias ao longo da legislatura. Por exemplo: a Assembleia Legislativa do Paraná tinha o *site* precário, não tinha Escola do Legislativo, não tinha programas como o Parlamento Jovem, e no meio da Legislatura ela fez esses programas. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a de Santa Catarina e outras assembleias fizeram a mesma coisa. A surpresa da pesquisa foi isso que aconteceu em Estados em que há mais IDH. Então, essa ideia de aperfeiçoamento incremental é



operacionalizável empiricamente; as pesquisas empíricas ilustram, vamos dizer assim, a fundamentação desse movimento.

E por que é importante essa ideia de incremento? Porque a democracia representativa, a democracia participativa... Melhor dizendo, a democracia participativa ou a democracia deliberativa não vão substituir a democracia representativa; elas vão se articular à democracia representativa. Então, não se deve confundir a criação de espaços de representação, de participação política com uma postura populista segundo a qual tudo que emana do povo sempre é correto, sempre deve ser adotado pelas instituições representativas.

A gente acabou de ver um exemplo bastante claro disso com essas 10 Medidas contra a Corrupção que saíram lá da procuradoria do Paraná. Eu divirjo muito do Ministro Gilmar Mendes em algumas de suas posições, mas eu concordo inteiramente com o discurso que ele fez na sessão do Congresso, refutando vários argumentos daqueles que queriam, através de uma coleta de assinaturas, sem nenhum debate prévio, impor ao Congresso Nacional, à Casa Legislativa medidas sem nenhum debate. Isso não pode acontecer. Tem que haver o debate, tem que haver a troca de ideias, a troca de razões, a persuasão e a constituição de maiorias.

Então, eu acho que muitas vezes alguns atores se aproveitam dos momentos de crise para impor, autoritariamente, seus pontos de vista para uma coletividade. E o Parlamento, desde que ele funcione, quando funciona corretamente – porque o Parlamento também erra muitas vezes –, é o espaço político ideal, que serve como o melhor antídoto para qualquer dessas tentativas populistas e autoritárias de impor interesses de facção para uma coletividade como um todo, que não têm nenhum compromisso com a obtenção de objetivos coletivos e querem, sem o debate, sem a discussão, sem a divergência de perspectivas, sem a persuasão dos atores que pensam diferente, impor seus pontos de vista. É assim em todo país civilizado e deve ser assim também aqui no Brasil com cada vez mais esferas das políticas governamentais.

Para finalizar, há algumas práticas de políticas públicas que apontam nessa direção de melhoria incremental da qualidade da democracia e das instituições representativas.

Primeiro, a Comissão de Democracia Digital lá da House of Commons, na Inglaterra. Todos vocês podem navegar; eu recomendo que todos vocês naveguem na internet e procurem conhecer essas experiências. Vocês podem ver lá que ela é composta por vários atores da sociedade civil, dentre os quais a Profª Cristina Leston-Bandeira, que escreveu aquele artigo ali na *Parliamentary Affairs*, que é uma revista da Oxford University Press.

Essa Comissão de Democracia Digital é uma comissão que procura representar toda a diversidade da sociedade. Existem mulheres, negros, muçulmanos... Londres, hoje, é uma capital com alto índice de qualidade de vida e tem um prefeito de origem muçulmana – que, aliás, tuita o tempo todo na internet. Então, não é uma equipe machista, que não dê espaço às mulheres e à diversidade étnica e racial. Isso serve para a educação cívica da população inglesa, serve como um exemplo de boa prática, uma tentativa de representar a diversidade.

Outra experiência que gosto tanto é a *Canadian Parliamentary Review*. Por que essa experiência é importante? Porque ela é uma revista ágil, que valoriza essa *expertise* que os assessores parlamentares têm, que o Parlamento tem na gestão de problemas comunitários. Como o que a gente viu aqui; este evento é um excelente exemplo disso. Quantos problemas foram discutidos aqui!

A *Canadian Parliamentary Review*, como vocês podem verificar, olhando no *site*, publica em grande parte artigos de Parlamentares, de assessores, em um formato acessível e facilmente compartilhável pela internet, que serve para educar a população sobre o papel do Parlamento,



sobre o que se discute aqui. E muitos dos problemas que a gente está discutindo aqui são objeto de artigos, com fotos de funcionários e tudo mais nessa revista. Então, é uma experiência bastante instrutiva para quem quer saber como funciona o Parlamento, e recomendo a todos que a vejam.

Para finalizar, eu vou destacar duas práticas que acho interessantes. Há uma série de outras. Não vou mencionar as do Senado, porque vocês já conhecem melhor do que eu, como o Portal do Senado, o e-Cidadania, o Parlamento Jovem, várias outras. Mas há uma prática que não existe aqui no Senado, por exemplo, que é esse portal de Políticas Públicas a seu Alcance, lá da Assembleia Legislativa de Minas. É um portal que supervisiona. É um conceito moderno. Já não é mais fiscalizar o Executivo, mas supervisionar o andamento das políticas públicas, a participação dos cidadãos, sua implementação. É um trabalho intimamente realizado em conexão com as comissões legislativas. Então, isso também dinamiza os órgãos parlamentares e aprimora a educação cívica do povo.

E, finalmente, uma experiência que eu sempre destaco, quando vou falar de Parlamento, que é o Parlamento Jovem de Palmeira. Palmeira é uma cidade com 20 mil, 30 mil habitantes. Eles fizeram essa experiência de Parlamento Jovem lá, e houve um impacto enorme na coletividade. Por quê? Porque um funcionário lá, que inclusive já veio aqui ao Senado dar palestra e à Câmara dos Deputados, pegou um espaço que era vazio e resolveu dinamizar isso. E houve uma grande participação da coletividade. Inclusive, as pessoas confundiam os jovens que participavam do Parlamento com vereadores. Então, a menina ia pegar o ônibus de manhã para ir ao Parlamento jovem, e as pessoas, os cidadãos que esperavam o ônibus junto com ela começavam a apresentar as suas demandas. Por que isso ocorria? Porque aqui no Brasil nós não temos representação local de partidos políticos, não existe capilaridade da representação política. Não existe o voto distrital nem misto, nem puro. Ao contrário das democracias mais consolidadas, não existe uma capilarização da organização partidária. Então, as pessoas começavam a apresentar demandas a esses jovens.

Para encerrar, o que eu acho que deve ser o Parlamento do futuro? Tem que ser um Parlamento em que a representação política seja responsiva; que crie espaço de monitoramento de políticas públicas, e não só de supervisão do Executivo, mas de monitoramento constante; que seja transparente e que coloque seus dados abertos, disponíveis para a coletividade; e que seja capilarizado, que induza à capilarização da representação política. Nós no Brasil temos 5,5 mil Câmaras de Vereadores. Quantas têm experiências de Parlamento Jovem? Muito poucas. Quantas têm experiência de Escola do Legislativo? Muito poucas.

Então, há um mundo inteiro de ações a fazer. E o Senado Federal, a meu ver, tem um papel indutor e educativo muito grande nesse processo. Nós temos um longo caminho pela frente de aprofundamento da democracia. E, assim como o Marcelo Tas nos deu como exemplo, as crises pessoais e institucionais podem ser momentos para a reinvenção das instituições democráticas. Para que se faça isso, é necessário que o Parlamento não seja refém de nenhuma instituição que lhe seja externa – nem a mídia, nem o Judiciário, nem o Executivo – e imponha a sua própria agenda positiva à coletividade.

Eu digo isso porque pesquiso o Parlamento desde o meu mestrado e a minha tese foi sobre a Constituinte de 1946. Na época da Constituinte de 1946, discutiam-se muitos problemas que se discutem hoje no Brasil: uma crise de civilização, crise de culturas. E qual foi a história posterior da humanidade? A humanidade foi adotando mais e mais democracias parlamentares, e os autoritarismos de esquerda ou de direita foram ruindo pouco a pouco.



Então, eu acho que a gente está em uma nova conjuntura muito parecida com essa, em uma quarta ou quinta crise de crescimento da democracia. Mas, para que haja um salto realmente para adiante dessa crise, é necessário que as instituições parlamentares sejam simultaneamente positivas e responsivas aos reclamos do cidadão comum, porque, senão, vão aparecer atores que nem sempre têm a competência cognitiva necessária para entender a importância de um Parlamento e que vão substituir o povo nessa pressão difusa para o aperfeiçoamento das instituições parlamentares.

Isso era o que eu queria dizer. Estou aberto a indagações e comentários. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Agradecemos ao Prof. Sérgio Braga a sua explanação sobre o Parlamento além da sua função de representação, da democracia participativa no mundo digital, trazendo exemplos do que julga serem boas práticas da democracia digital, do Parlamento britânico, do Parlamento canadense, passando pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e citando um caso, inclusive, municipal, mostrando como em alguns Municípios também se avança no sentido da democracia digital.

Eu queria lembrar que nós já temos perguntas, que inclusive chegaram pelo portal e-Cidadania, que é um instrumento do Senado de participação direta do cidadão – o cidadão pode opinar sobre um projeto de lei, pode inclusive fazer a sugestão de um projeto de lei –, e lembrar que, de certo modo, a pré-história do mundo digital passa pelo Senado. O Prodasen é um órgão que vem do começo dos anos 70 ou da transição dos anos 60 para os anos 70. A recuperação histórica aqui já foi feita, mas é importante sempre recordar a importância do Prodasen no processo constituinte, num momento em que não havia internet, mas já se digitalizava e já se colocava muita informação – a informática foi fundamental no processo da Constituinte, em 1987 e 1988, enfim –, e hoje o Senado está realizando aqui esta atividade.

Não há muito tempo, infelizmente, para as perguntas, mas há algum tempo. Nós vamos, então, passar a essa fase.

O Robert Soares pergunta sobre a participação da população nas decisões de aprovação ou não das proposições legislativas no Brasil: "Qual o exemplo da eficiência, nesse sentido, já implantado em outros países?" Isso foi um pouco tratado, a participação dos eleitores na decisão das proposições. Essa questão está relacionada diretamente com a outra questão que foi endereçada ao Prof. Wilson Gomes, não está assinada, mas cita o caso do *site* do Senado, em que ampla maioria dos participantes se posicionou contra a PEC 55, que se discute hoje. "Qual deve ser o papel dessas consultas nas deliberações, em uma democracia representativa?"

O SR. WILSON DA SILVA GOMES – Bom, há muitas boas práticas desenvolvidas mundo afora já bem experimentadas de consulta eletrônica. O *e-consultation* é uma área de estudo na área de participação. Esse exemplo do Senado é ruim, porque, na verdade, faz uma espécie de enquete, desenvolve uma coisa para você clicar num campo, dar uma opinião, mas depois não diz para o cidadão o que vai fazer com aquela opinião. Esse é o pior modelo. Deveria servir para auscultar a população, etc., mas, como aquilo não tem eficácia, isso desencoraja o cidadão a participar. Uma vez que você não põe o torrãozinho de açúcar como recompensa à participação, a pessoa vai uma vez e não participa mais. As pessoas usam aquilo simplesmente para fazer uma espécie de disputa na sua rede social, para ver qual dos lados vai ganhar naquilo. Mas, se ganha, ganha o quê? Em que aquilo se materializa? Então, é o tipo de exemplo de coisa que não deve acontecer, o que não é consulta pública.

Para descobrir qual é o posto da população, pode-se fazer qualquer outra coisa. Com monitoramento das redes sociais se descobre rapidamente qual é o humor da população a



respeito de um ponto. Mas fazer esse tipo de sondagem, parecendo jornal: "Você é a favor do casamento dos homossexuais? Sim ou não?" não leva a nada. É um modelo de prática ruim, é um tiro na água, muito complicado de fazer.

Mas exemplos de consultas públicas em toda parte do mundo são excelentes, desde a possibilidade de as pessoas fazerem abaixo-assinados digitais, mas um tipo de peticionamento. É mais do que isso, em que, a partir do número de pessoas que você traz para a sua causa, o governo tem que dar uma resposta. Os Estados Unidos têm uma dessas, por exemplo. A partir de um limite de pessoas que você tem, num tempo determinado, colocando sua causa *on-line*, se ela atingir um determinado número, tem que haver uma resposta, o governo tem que dar uma resposta. Essa é uma forma, por exemplo. Os sistemas de *e-petition* do Reino Unido são exemplos de boas formas disso. Existe também audiência pública *on-line* ou projetos de regulação *on-line*. No Brasil nós temos bons exemplos, digamos, do sistema legislativo se tornar um pouco poroso à participação e à vontade popular. A nossa causa mais reconhecida é a discussão sobre o Marco Civil da Internet, que funcionou um pouco como exemplo disso. Como veem, temos também exemplos que não dão certo. (*Palmas*.)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Eu queria perguntar se a Prof^a Rousiley ou o Prof. Sérgio querem se manifestar sobre essa questão, se desejam...

O SR. SÉRGIO SOARES BRAGA – Já há estudos sobre *e-petitions* no Reino Unido, que é o país que fez mais *e-petitions*. Foi até mencionado na palestra anterior. Publicou-se no ano passado um estudo especificamente sobre isso. O balanço que se faz, pelo que me recorde desses trabalhos, é que muitas vezes não há uma adequada responsividade dos órgãos parlamentares, mesmo no Reino Unido, às *e-petitions*. Cria-se inicialmente uma expectativa muito grande de que a população vai se engajar de maneira muito intensa nessas experiências, de que vão criar espaços sofisticados de deliberação, e muitas vezes isso não ocorre. Muitas vezes, como essa expectativa é frustrada, os gestores dessas instituições se julgam no direito de não dar encaminhamento adequado a essas petições.

Isso aconteceu também no e-Democracia da Câmara. Foi criado um espaço para se debater a reforma política, foram dois espaços criados. No primeiro houve uma resposta por parte da Casa; no segundo, na gestão Cunha, simplesmente se encerrou a experiência sem dar nenhuma resposta. Então, é o que estou dizendo: o importante, quando se abrem essas experiências de participação, não é criar a expectativa no cidadão de que todas as sugestões que estão ali vão ser incorporadas, porque Parlamento tem sua própria lógica. Existem maiorias parlamentares aqui, pessoas eleitas, mandatos seguindo a Constituição, que podem discordar daquelas propostas. Assim é que é a democracia. Agora, o que não deve deixar de ser feito é responder aos cidadãos que participaram por que isso ocorreu; e não simplesmente fechar a experiência sem nenhuma resposta. Pode-se dizer: "A comissão não concordou com a proposta, com o encaminhamento, não houve quórum suficiente".

A gente tem uma visão muito populista da participação. O mais importante, quando se abrem essas experiências de participação, é fazer o que a gente está fazendo aqui: discutir pontos de vista diferentes e ouvir as pessoas. Se essas posturas vão ser adotadas ou não depende da configuração do Parlamento, dos partidos eleitos, dos Parlamentares, dos rituais internos ao processo legislativo. Mas, qualquer que seja o destino dado a essas posições, uma vez que essas petições foram lá colocadas, elas têm que ter responsividade. Foi isso que o Marcelo Tas falou muito bem. Deve-se respeitar o ponto de vista do cidadão que se manifestou e dar um encaminhamento, apresentar resultado; e não fazer como foi feito aqui, numa dessas



experiências, para discutir a reforma política: simplesmente se fecha o *site* sem nenhuma satisfação, sem nenhum encaminhamento ou coisa do gênero, porque houve ali um resultado que não era previsto. Então, acho que é importante, por isso que o desenho dessas experiências tem que ser muito bem feito, para evitar a frustração dessa expectativa, com essa visão muito populista da participação, segundo a qual é uma sabedoria inata ao povo que vai substituir os rituais das instituições representativas. Acho que o segredo aí é responsividade dos órgãos parlamentares.

Isso que os estudos demonstram, às vezes, mesmo nos casos das *e-petitions* de democracias institucionalizadas como a democracia inglesa. Provavelmente ocorre, parece que no Parlamento escocês eles têm uma experiência mais bem-sucedida. Isso varia, mas não tenho esse conhecimento tão vasto para fazer um balanço comparativo do resultado das *e-petitions*. Mas, pelo que li até aqui, é mais ou menos isso.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Então...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria, antes de continuar, de concluir as perguntas.

Eu gostaria mais uma vez de pedir atenção, porque isso aí é apenas a atenção do sonoplasta.

Aproveitando não só a pergunta, mas a colocação dos expositores, eu gostaria de dizer que a Comissão Senado do Futuro, no seu papel de pensar o futuro do País e do Senado, trabalhou, nos últimos dois anos, para garantir a segurança jurídica e instrumentalizar o programa e-Cidadania, criado em 2012 pelo Senado Federal.

Um marco importante desse que é um programa para aproximar o cidadão do processo político do Senado Federal foi a aprovação do projeto de autoria da Comissão Senado do Futuro, que resultou na Resolução nº 19, de 2015. Os números desde então mostram o crescente interesse do cidadão pelas atividades do Senado Federal. Só neste ano, o Portal e-Cidadania recebeu mais de cem milhões de visitas. Nos eventos interativos como este congresso que estamos realizando aqui, os cidadãos podem acompanhar os debates ao vivo em vídeo e participar enviando perguntas e comentários. Em 2016, foram mais de 300 eventos, dentre audiências públicas, sabatinas e outros, com dez mil participações.

Outra ferramenta de destaque é a consulta pública, que possibilita aos cidadãos manifestarem sua opinião sobre qualquer projeto de lei em tramitação. E foram mais de quatro milhões de opiniões recebidas até o momento.

Eu penso que as explicações aqui, não vou entrar na polêmica de politizar a resposta, mas estou aqui colocando o instrumento que está à disposição da população.

Por fim, os usuários também podem sugerir ideias aos Senadores. Quando uma ideia alcança 20 mil apoios de outros usuários em quatro meses, ela é então encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para ser analisada por um Senador e, finalmente, pelo Colegiado. Já recebemos mais de sete mil ideias e doze chegaram até a Comissão de Direitos Humanos.

Aproveito para comunicar que o portal e-Cidadania recebeu recentemente várias melhorias. A mais importante delas foi a completa adaptação aos dispositivos móveis, pelos quais chega à maioria dos usuários. Por isso, quero aqui também dizer que construir a democracia é dar oportunidade cada vez mais ampla a que o cidadão, onde estiver no País ou até fora do País, possa participar. Agora, cabe aos representantes eleitos na democracia que é o



voto decidir e cabe à população também decidir se aquele representante, seja no Executivo ou no Legislativo, deve continuar ou não.

Por isso, quero aqui concluir que a democracia, a meu ver, é o melhor regime, mas, claro, não podemos aqui garantir e afirmar que é um regime perfeito, até porque cada cidadão, felizmente, Deus criou dentro da sua individualidade.

Eu quero aqui mais uma vez dizer que a Comissão Senado do Futuro tem procurado trabalhar no sentido de democratizar o processo legislativo, e o e-Cidadania é um grande instrumento hoje disponível para a população brasileira participar efetivamente nas opiniões, nas sugestões, nas críticas, enfim, até nas proposições legislativas.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Bom, devido ao tempo exíguo, praticamente no final, vou fazer um bloco de perguntas para os três, até porque as perguntas que vieram pelo e-Cidadania, a maioria das perguntas inclusive veio via eletrônica, pelo e-Cidadania, não são dirigidas a um palestrante especificamente. Infelizmente, como são muitas, não dá para ler uma por uma, vou tentar fazer um apanhado.

Uma questão basicamente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como no Parlamento, sintam-se representados através da sua compilação.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GADELHA DA TRINDADE – Uma questão: "O século XXI tem sido o período das grandes inovações tecnológicas. Por outro lado, embora a juventude de hoje esteja conectada, a mentalidade de parte dela ainda continua no século XIX ou mesmo antes da Idade Moderna". É o que o Marcelo Alves de Lima, autor da pergunta, afirma. Aí ele coloca o exemplo das eleições nos Estados Unidos, ele parece que está inconformado com o apoio que parte da juventude deu ao candidato que se elegeu, Donald Trump.

Outra pergunta similar: "Quando falamos em democracia, ainda consideramos o desafio, pois nem sempre a mentalidade acompanha os avanços tecnológicos". Ele percebe uma contradição entre o avanço tecnológico e a mentalidade, que ele acha que não acompanhou, ficou no passado, que ele entende como retrógrada, e ele dá o exemplo da xenofobia, que às vezes se espalha. Então, essa questão colocada não é dirigida a nenhum dos palestrantes, mas colocamos aqui para que cada um dos palestrantes aborde essa questão. Basicamente, essa é a linha.

Há outra questão por escrito, que é dirigida ao Prof. Wilson Gomes, que é do colega Fábio Liberal, que é um colega que participa inclusive de todo esse processo da democracia participativa e digital no Senado, sobre se o professor considera satisfatória a pesquisa acadêmica atual acerca da tecnologia no Parlamento, em termos de volume e abordagem temática. "Há aspectos que considera merecerem ser mais bem estudados? Qual a resposta do Parlamento a essa produção acadêmica?"

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós já fizemos um acordo aqui. Como estamos avançados no tempo, e os outros palestrantes também têm compromissos, nós vamos responder a todas essas perguntas por *e-mail* – nós temos o *e-mail* de todos – e também na página da Comissão Senado do Futuro. Portanto, ninguém ficará sem resposta.

Com isso, eu quero aqui agradecer, encerrando este bloco. Convido todos para a gente tirar uma fotografia e já convido, também, para estar conosco.... Eu queria pedir a todos, então, agradecendo, que a gente fosse ali para tirar a fotografia.



Convido a Gianna Sagazio, Diretora de Inovação da CNI; o Franklin Luzes Júnior, Diretor da Microsoft Participações; Antonio Campello, Diretor de Inovação e Excelência Empresarial da Embraer; Paulo Mól Júnior, Superintendente Nacional do Instituto Euvaldo Lodi.

Eu quero avisar que o *coffee break* será servido ao final. Portanto, nós vamos fazer um bloco aqui bem enxuto, e o *coffee break* será servido ao final. Isso foi uma falha minha; estava na previsão aqui o *coffee break*. Então, eu gostaria de convidar as pessoas. Parece-me que o *coffee break* lá não está servido. Senão, atrapalharia o nosso próximo bloco.

Eu gostaria de pedir, se possível, que não fosse servido o *coffee break* agora, para que a gente possa fazer esse bloco, concluir a nossa participação. Inclusive haverá o lançamento de um livro que vamos fazer ao final, com o Alfredo Pena-Vega, que foi palestrante ontem. O Senador Cristovam Buarque está chegando agora, neste momento. Ele me pediu também, porque ele gostaria de participar do encerramento e do lançamento do livro.

Como toda a nossa programação está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado, por todos os nossos meios de comunicação, eu vou convidá-la inicialmente, Gianna, para que você, em nome da CNI, como Diretora de Inovação, possa fazer as suas colocações neste evento – eu diria até como conclusão. Eu quero mais uma vez agradecer a participação da CNI, que foi de suma importância para que a gente pudesse realizar o primeiro Congresso Senado do Futuro, claro, já contando com a parceria e a participação da CNI para o ano que vem.

A SRª GIANNA SAGAZIO – Boa tarde às senhoras e aos senhores.

Na verdade, Senador Wellington, eu vou falar muito pouco, em razão do tempo.

Eu gostaria de dizer que nós da CNI ficamos muito felizes com o convite do senhor e do Senador Cristovam, para poder ajudar na formatação, no conteúdo, na indicação de representantes que trouxeram a visão do mundo empresarial. Nós temos essa proximidade, principalmente pelas instâncias de comunicação com o setor empresarial.

Eu destaco aqui a Mobilização Empresarial pela Inovação, que é coordenada também com a nossa diretoria. Os representantes das indústrias que estiveram aqui, que estão aqui agora e vão falar também com uma visão da indústria, são participantes ativos da mobilização empresarial. Nós acreditamos que uma visão de futuro deve trazer também uma visão compartilhada com a indústria, com o que o setor empresarial acredita que possa, de fato, fazer avançar a inovação, a competitividade do País e também, por consequência, a qualidade de vida das pessoas e a prosperidade.

Então, mais uma vez, eu vou falar pouco, para dar espaço aos nossos representantes da indústria, mas eu gostaria de agradecer pela oportunidade de a CNI contribuir com o trabalho da Comissão Senado do Futuro. Esperamos, sim, poder contribuir no próximo ano.

E destaco aqui, se o senhor permitir, que também teremos um congresso de inovação no próximo ano, uma realização da MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação), que será nos dias 27 e 28 de junho. Então, já aproveito para convidar todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero agradecer mais uma vez e imediatamente passar para o Dr. Franklin Luzes Júnior, Diretor da Microsoft.

O SR. FRANKLIN LUZES JÚNIOR – Boa noite a todos.



Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Wellington Fagundes pelo convite, e ao Senador Cristovam Buarque pela oportunidade de estar apresentando a iniciativa que a Microsoft desenvolveu no País para fomentar o ecossistema de *startups*.

Como foi colocado hoje pela manhã, o mundo está mudando, a educação está mudando, e a tecnologia também está mudando muito rápido, principalmente com o apoio das empresas inovadoras, as empresas disruptivas, que são as *startups*. E nós da Microsoft, com o objetivo de fortalecer a economia nacional, fortalecer o ecossistema, desenvolvemos esse programa que vou apresentar agora.

Por que a gente fala tanto de *startups* e por que é tão importante a gente ajudar essas empresas inovadoras e jovens a crescer? Porque elas crescem muito rápido e se tornam colossos. Antigamente, a gente via que as grandes empresas, as bilionárias, tinham fábricas, tinham um grande número de empregados; hoje, *startups* como a Airbnb valem mais do que muitos hotéis, como o Marriott, por exemplo, e não têm nenhum quarto. Então, essa é uma mudança que está acontecendo na economia mundial. As empresas crescem mais rápido até, ela chegou a um bilhão muito mais rápido do que o Marriott, por exemplo, chegou a um bilhão de faturamento.

Isso gera também impacto econômico, porque elas contratam gente, elas geram um canal de acesso. Esse é um fenômeno mundial. Como vocês podem ver na apresentação, o mundo hoje promove o ecossistema de *startups* desde a Ásia, a Europa, os Estados Unidos. E o Brasil já figura em 12º lugar no *ranking*, com São Paulo como a 12ª cidade mais importante do segmento. A gente está feliz de ver São Paulo no 12º lugar, mas se nós comparamos com o PIB do Brasil, a gente deveria estar em sétimo, oitavo, e não em 12º. Então, a gente tem um trabalho a fazer, que é o grande objetivo que a gente tem.

Esse fenômeno no Brasil é muito forte. A gente está vendo aqui também, no gráfico, inúmeros projetos de fomento: fundos internacionais vindo para o Brasil; fundos nacionais sendo criados, como o nosso Fundo BR Startups, que está listado aqui; aceleradoras em várias cidades do Brasil; incubadoras; projetos do Governo Federal, como o Start-Up Brasil, do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Softex. Então, esse é um fenômeno que está realmente influenciando muito o mercado aqui no Brasil.

Com isso, a gente desenvolveu o que a gente chama de jornada empreendedora. Basicamente, eu vou contar a história da Ana. A Ana é uma menina de seis anos que tem vontade de programar – porque hoje, para você se tornar um empreendedor de uma *startup* de tecnologia, você precisa saber programar, precisa saber matemática. Como disse aqui o Cristovam Buarque, matemática e português são ciências básicas para a gente conseguir desenvolver. Para programar, você tem que saber código e saber escrever, saber português. Então, a gente desenvolveu um programa chamado Eu Posso Programar. É um *site* público, qualquer pessoa, vocês que estão nos ouvindo podem acessar, para crianças de 6 a 16 anos aprenderem a programar ludicamente. A gente usa o Minecraft, a gente usa várias plataformas de desenho para facilitar o ensino. Daí, treinamos os professores, porque as crianças passam mais tempo na escola do que em casa. Então, a gente treina também os professores embaixadores. Doamos *softwares* para as escolas registradas, para que elas tenham acesso à parte de *software* para desenvolvimento, para treinamento e capacitação dos seus alunos.

Depois, quando as crianças crescem, a gente tem um programa chamado Students to Business, ou S2B, com cursos profissionalizantes – são mais de 30 mil pessoas por ano que



acessam. Todos esses cursos são acessados pela internet *on-line*, sem custo. Então, todos vocês que estão assistindo podem ter acesso. Essa é a primeira parte, que é de educação.

Depois, passamos para a jornada de empreendedorismo. A criança já aprendeu a programar, já tem acesso à tecnologia, e a gente, então, promove uma copa do mundo de computação chamada Imagine Cup. Todo ano acontece uma. Cada país – a Microsoft está presente em mais de 120 países – tem a sua eliminatória, e o ganhador vai competir na final mundial. O Brasil, historicamente, é muito bem posicionado; nos últimos anos, o Brasil esteve sempre entre os cinco principais. Ano passado, o ganhador do Brasil ganhou o campeonato mundial – meninas da USP ganharam o prêmio mundial. Com isso, a gente promove ideias das faculdades, de alunos – obrigatoriamente, a Imagine Cup é para alunos de faculdades –, que possam virar, no futuro, *startups*.

Com isso, a gente inaugura a próxima fase, que é o Programa BizSpark. A gente oferece *software* para as *startups* gratuitamente terem acesso aos seus *softwares*. Se a empresa tem menos de cinco anos e menos de US\$1 milhão de faturamento, ela pode ter acesso a uma plataforma da nuvem da Microsoft e aos softwares da Microsoft, novamente *on-line*. Vocês que estão escutando podem acessar.

Por último, a gente tem duas iniciativas que coroam o desenvolvimento. Eu já tenho uma ideia, já quero abrir uma empresa, existe um instituto sem fins lucrativos, que é o Instituto InnovAction, que faz com que a gente transforme a ideia em empresa. Depois que a empresa está formada, eu tenho um investimento de risco, como naturalmente acontece no mundo. Esse mercado é financiado por investidores, e a gente tem um fundo chamado BR Startups, que oferece capital semente para as empresas. Com isso, a gente conclui essa jornada de apoio dos seis aos quarenta anos, porque não precisa também ser empreendedor de faculdade. Hoje existe muita gente empreendendo também na vida adulta.

Sempre me perguntam as características das pessoas que a gente está recrutando, que características o empreendedor ou empreendedora precisa ter para receber investimento da Microsoft ou participar dessa cadeia. As características são as que estou listando aqui: primeiro, a pessoa precisa pensar grande, não ter medo de grandes desafios. As *startups* crescem muito rápido. O Waze hoje é usado no mundo todo; começou em Israel, hoje está em mais de cem países. Então, a pessoa tem de ter essa coragem e essa iniciativa de querer estar no mundo todo, querer crescer rapidamente. Depois, ser aberto e respeitoso, porque as *startups* erram. As primeiras ideias geralmente não são as que dão certo. O empreendedor precisa saber ouvir crítica, saber ouvir que está fazendo algo errado e mudar. A gente chama isso de pivotar, na linguagem técnica, e isso é muito, muito comum no mercado de *startups*. Geralmente são duas, três tentativas até ter sucesso. A ideia de querer mudar o mundo. A gente quer pessoas que não só querem ganhar dinheiro, mas também querem impactar a sociedade, trazer benefício para o País, trazer benefício para o Brasil, para a saúde, para a educação. Ou seja, fazer muito mais, trazer um mundo melhor para os nossos filhos. Então, acho que isso é muito importante. Empoderar pessoas, que é a mentalidade do Silicon Valley, nos Estados Unidos. O sonho é de todo mundo: todos ganham ação, todos participam do risco, seja abrindo champanhe, se der certo; seja fracassando, se der errado. Isso nos Estados Unidos é muito comum. Você abre a empresa, todos ganham a ação. A gente promove que essa mentalidade seja aplicada aqui no Brasil: não só os fundadores, mas toda a equipe que está trabalhando participe do sonho. A gente quer também valor compartilhado, que é o conceito do Porter, de que tem de ser bom para o país, tem de ser bom para o investidor, tem de ser bom para o empreendedor, tem de



cumprir as leis. É o ganha-ganha, que é muito importante para todo mundo. E, por último, o conceito que o Bill Gates promove, que é o capital criativo. A Microsoft é uma empresa listada em bolsa. Ela tem que dar lucro para o seu acionista – isso é um preceito de toda e qualquer empresa pública listada em bolsa –, mas ele nos convida a pensar mais: o que nós podemos fazer que não é nossa obrigação, que não está no nosso *job description*, no nosso modelo de trabalho, e que pode melhorar a vida das pessoas, melhorar a sociedade, gerar impacto para o país? Isso é um a mais com que a gente pode contribuir, e é isso que eu gostaria de ver nos empreendedores: que eles pensem em fazer a mais, em contribuir criativamente para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento do seu país.

A gente também quer resolver um problema que a gente chama de uma lacuna do capital que existe no Brasil. O Brasil não tem uma estrutura de investimento sólida como a americana, e existe um problema. Aqui vocês veem que existem mais de 300 incubadoras no Brasil, principalmente dentro de faculdades, mais de 20 aceleradoras, mais de cem fundos estruturados de *private equity* ou *venture capital*, mas se você tem um projeto, já tem uma empresa, já recebeu investimento de uma aceleradora ou de um anjo e precisa agora dar um salto, ampliar o número de clientes, ganhar volume de venda, você provavelmente vai precisar entre 400 mil e 3 milhões, e muito poucos grupos financeiros promovem esse capital hoje no Brasil.

A literatura chama isso de Vale da Morte, que é uma mortalidade incrível que acontece no Brasil. As empresas, se tivessem capital, sobreviveriam, cresceriam; mas, infelizmente, por não terem capital, elas acabam morrendo. Por isso o nome Vale da Morte. E o nosso fundo promove exatamente esse volume de capital. Então, nós investimos entre 400 mil e 2 milhões. Não competimos com as aceleradoras, não competimos com o Start-Up Brasil, não competimos com os fundos mais estruturados no Brasil, que promovem investimentos acima de R\$3 milhões. Nós brincamos que conectamos os pontos – conectamos as aceleradoras com os grandes fundos e *corporate ventures* que existem no Brasil.

Com isso, criamos essa jornada empreendedora, formada por um instituto sem fins lucrativos que transforma ideias e o nosso fundo, que promove esse combustível para a empresa dar esse próximo passo e conversar com os fundos mais estruturados no Brasil. Nós montamos governança, transformamos a empresa de limitada em sociedade anônima, montamos o conselho de administração, damos mercado, o que é muito importante para o crescimento da empresa.

O instituto, basicamente, transforma ideias. A nossa meta de sucesso é CNPJ criado. Então, a gente tem escritório jurídico. O Verano, um escritório de São Paulo bem importante, faz o contrato social, a transformação da empresa real, ou seja, registra a empresa. A gente tem despachante, contador que registra os livros – tudo isso sem fins lucrativos e sem cobrar nada. É um programa gratuito para o empreendedor. Daí, a gente brinca que a nossa meta de sucesso é ter o CNPJ criado e ele poder ir para o mercado, ir para uma aceleradora e participar de algum programa tradicional do mercado.

Como caso de sucesso, a gente já tem três. O instituto foi criado em janeiro deste ano, então, tem menos de um ano.

O primeiro deles é aquele caso da empresa que ganhou o prêmio mundial, a eFitFashion, que é um *marketplace* de roupas sob medida. Hoje as mulheres e os homens também no Brasil têm dificuldade, porque só há P, M e G quando se vai comprar roupa. Eles criaram um modelo em que as pessoas se medem em casa. Com isso, se você tem um ombro maior, se você tem perna maior, se tem braço maior, você customiza, escolhe o vestido, o tecido, a costureira



desenvolve e entrega na sua casa. Este foi o que ganhou o prêmio mundial. São meninas da USP que criaram essa ideia e hoje já são uma empresa. E nós ajudamos na criação dela.

A EVO é um projeto de mobilidade urbana para deficientes visuais. São meninas também que ganharam o Pense Grande, da Telefônica, que desenvolveram um produto, um aplicativo que ajuda os cegos a se locomoverem. Elas viram um cego morrer no metrô – ele não viu o metrô e caiu – e disseram: "Nós estamos no século XXI, é praticamente inadmissível que alguém morra hoje porque não viu a linha de metrô". Elas criaram, então, um aplicativo para que, pelo celular, se conversasse com o cego e o avisasse que ele está em perigo, está chegando perto da linha, qual é o metrô que está chegando, qual é o ônibus que está chegando. Isso está também ajudando muitas pessoas em São Paulo, primeiramente. A gente espera que possa também depois crescer para outras cidades.

A Safety é um *software* de detecção. É muito comum, nos carros importados, quando se bate, acionar o serviço de segurança, o serviço de emergência. A maioria das pessoas tem carros nacionais, não tem carros importados, mas todo mundo tem celular hoje. Há mais celulares hoje no Brasil do que pessoas. Com isso, o Safety detecta colisão. Se o carro bate, ele já chama o serviço de emergência, já chama o Samu, em São Paulo. Não sei como é o nome aqui em Brasília, mas ele já chama a emergência, a ambulância. E, como ele já conhece você, porque está no seu aplicativo, ele já passa os seus dados, seu tipo sanguíneo, se você tem diabetes, se você tem pressão alta. Com isso, também ajuda o serviço de emergência a dar um tratamento muito mais apropriado. Hoje a emergência chega e não sabe se você tem diabetes, pressão alta ou qual é o seu tipo sanguíneo. Com isso, a gente ajuda não só com a tecnologia, mas também salvando vidas.

Então, são três exemplos do instituto que criamos e que apoiamos. Mais uma vez: sem fins lucrativos. Não ganhamos nada com essa parte.

Para concluir a parte do fundo, quero dizer que ele é mult corporativo. Então, não é um fundo só da Microsoft; a gente tem a Microsoft, a Qualcomm, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro, a Monsanto, o Banco Votorantim. E ontem, com muita alegria, a gente anunciou o grupo Algar como parceiro do nosso fundo. Então, várias empresas participam do nosso projeto. A Qualcomm tem a Qualcomm Ventures e participa do nosso projeto. A Algar tem a Algar Ventures e participa do nosso projeto. Porque a gente está, como eu falei, resolvendo o problema do Vale da Morte, promovendo o capital semente entre 400 mil e 2 milhões, ajudando a empresa a vencer esse desafio grande que ela tem hoje no Brasil, de se estruturar, mudar de limitada para sociedade anônima, conversar com um grande fundo, fazer uma rodada profissional e ganhar escala de venda.

E, por sermos corporações, a gente consegue dar para a empresa, além do capital, acesso a cliente. Por exemplo, a Monsanto dá as fazendas para a empresa testar seus produtos, o Banco Votorantim dá o banco para testar, a Microsoft dá a plataforma de *cloud*. Então, mais do que só o investimento, a gente consegue dar acesso a cliente, acesso a teste, acesso a mercado. Muitos somos multinacionais, então a empresa pode não só vender no Brasil, mas também fazer crescer o seu negócio para fora do Brasil, o que é importante para virar uma *startup* de sucesso ou os unicórnios, como mostrei, que são as empresas de bilhões de dólares.

A gente atua em vários segmentos. Eu costumo dizer que são soluções reais que endereçam problemas reais. Então, a gente tem soluções para o agronegócio, soluções financeiras, robótica, soluções na nuvem, soluções B2B, porque somos empresas. E, com isso, a gente ajuda o desenvolvimento econômico do nosso País. Por exemplo, o agronegócio é 20%



do PIB, e a gente tem uma área patrocinada pela Monsanto que ajuda empresas de agronegócio, o que é muito importante.

Com isso, o nosso projeto tem um reconhecimento na mídia fantástico. Nós estamos muito felizes com o desenvolvimento que ele trouxe de casos de sucesso, de empresas sendo apoiadas e tendo resultados fantásticos, de empresas sendo vendidas. Mais de seis empresas nossas já foram vendidas para grandes grupos brasileiros e internacionais. Isso também nos deixa muito felizes.

E também um benefício indireto de ter essa visibilidade nacional e internacional, como a GloboNews, como a *Exame*, como a *Fortune*, como a Reuters, como o *Valor*, é que nós atraímos os melhores. A gente tem uma busca para que tenhamos projetos muito bons, que tragam impacto econômico e desenvolvimento para o País. Tendo essa visibilidade, os melhores acabam nos procurando, e a gente fica muito feliz com esse retorno.

Para concluir o meu tempo exatamente na risca, quero anunciar a vocês que ontem, com a entrada do Grupo Algar no nosso fundo, nós abrimos um processo seletivo. Então, todas as *startups* que estejam nos vendo neste momento – sei que está sendo transmitida pela TV Senado, está na internet esta apresentação, há o *link* ali: www.fundacity.com/fundo-br-startups/apply/1224 – podem aplicar para o projeto. Estamos recebendo projetos até fevereiro. Eu vou deixar um tempinho, podem tirar fotos à vontade, é um nome grande.

O nosso requisito são empresas que, como falei, desenvolvam soluções reais para problemas reais; que tenham pelo menos R\$10 mil de faturamento ou R\$120 mil/ano, porque não queremos competir com as aceleradoras e incubadoras, queremos empresas que já tenham pelo menos um produto real que tenha alguém comprando; e que tenha dois sócios pelo menos, um técnico e um não técnico, um CEO e um CTO; e pelo menos um que fale inglês. Porque, como falei, o nosso sonho é que empresas brasileiras possam fazer negócios fora do Brasil, e não dá para fazer negócio fora do Brasil sem falar inglês. Então, também incentivamos que uma empresa possa fazer negócios amplamente fora do Brasil.

Então, todos vocês que estejam assistindo fiquem à vontade para submeter o projeto. Está aberto até o final de fevereiro. A gente sabe que vai haver férias agora, Natal e Ano Novo, a gente vai deixar aberto pelo menos dois meses para que as empresas se inscrevam. Pessoal, fique à vontade. Queremos ter contato com vocês e receber projetos inovadores no Brasil que tragam impacto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quero passar a palavra ao Antônio Campelo, Diretor de Inovação e Excelência Empresarial da Embraer.

O SR. ANTÔNIO CAMPELO – Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de compartilhar com vocês o nosso dia a dia, um pouco dos nossos desafios.

Indo rapidamente para a apresentação, eu queria comentar com vocês que tudo começa nessa história logo após a Segunda Guerra Mundial, com um projeto de Estado, com um projeto de longo prazo, um projeto com a visão soberana do País, em que se decide trazer o conhecimento aeronáutico para o País. E tudo começa com uma base muito importante, que é a educação. Então, foi criado o Centro Tecnológico Aeroespacial, foi criado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), uma escola de engenharia de primeira linha. Essa base sólida permitiu que o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) desenvolvesse a primeira aeronave brasileira, chamada Bandeirante. Naquela época, ninguém poderia acreditar que o Brasil fosse capaz de



produzir um avião. E, contra todas essas crenças, esse Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, dentro do CTA, conseguiu produzir um avião.

Ora, após 23 anos – portanto, vocês podem perceber quão longo é o ciclo desse setor sobre o qual estamos conversando aqui –, decidiu-se criar uma empresa para poder desenvolver todo o conhecimento de engenharia no País, engenharia aeronáutica, e também para produzir aviões. Essa empresa foi chamada Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica).

Portanto, a Embraer nasce, em 1969, com essa missão bastante clara. Uma empresa estatal e uma empresa que percorreu um caminho muito importante. Logo após oito anos de existência, já estava exportando o primeiro avião. E, a partir daí, tem uma base de exportação muito forte a empresa.

Depois de 25 anos, em 1994, a empresa é privatizada e existe uma fusão entre esse conhecimento profundo aeronáutico e empreendedorismo. Essas duas coisas fizeram a empresa crescer significativamente, e ela chegou, em 2016, como uma das grandes forças no setor aeronáutico mundial, tanto na aviação comercial como na aviação executiva.

Por que a empresa consegue caminhar com passos sólidos? Porque ela tem base em valores muito bem definidos desde a sua criação. Então, em primeiro lugar, o cliente é a nossa razão de existência, sem ele não existe a empresa. Para que tenhamos o cliente satisfeito, precisamos ter excelência em tudo que fazemos. Nós precisamos ter inovação, ousadia. Nós precisamos atuar de forma global. Nós precisamos ter requisitos, precisamos capacitações, precisamos ter eficácia e eficiência que nos permitam atuar em escala global. Atuando em escala global, criamos a sustentabilidade.

E, para terminar a roda de valores que temos, a parte mais preciosa que temos são as nossas pessoas, que nos fazem voar. Este é o nosso valor. Sem as pessoas não há nenhum resultado.

Outra coisa importante que quero mostrar a vocês é o seguinte. Hoje, a Embraer é uma empresa que tem *sites* no mundo inteiro. Tendo *sites* no mundo inteiro, permite o crescimento da empresa. Quanto mais a empresa se internacionaliza, mais força ela tem para a criação de empregos, sejam no Brasil, sejam em outro país. Mas quanto mais forte a empresa brasileira for, melhor para o País, melhor para as divisas, melhor para a balança comercial.

Estes são alguns dos nossos produtos nas três unidades de negócio que temos: aviação comercial; aviação executiva; defesa e segurança. Provavelmente vocês já voaram em um dos nossos aviões aqui no Brasil. Nós temos uma quantidade enorme, já entregamos mais de oito mil aviões desde que a empresa foi fundada. Cada uma daquelas duas primeiras famílias já vendeu mais de mil aviões.

A aviação executiva nós começamos dez anos atrás. E já somos um dos *players* mais significativos da aviação executiva.

Em defesa e segurança nós começamos a crescer cada vez mais. Nós entramos num ramo de segurança, além de defesa. Com isso, nós fizemos aquisições ou trouxemos para o nosso portfólio empresas menores, mas capazes de desenvolver sistemas. E, assim, nós vamos nos renovando, vamos ganhando agilidade num campo que é crescente hoje em dia.

Eu vou, então, aqui falar do nosso tópico principal, que é ousadia e inovação. Como conseguimos fazer tudo isso? Não dá para fazer sem ter um modelo de inovação. Eu vou passar por este modelo de inovação fatia por fatia. O primeiro refere-se ao ambiente propício à inovação que tem que ser criado na base da empresa. Depois, a parte tecnológica, a parte



estratégica e, por final, a parte que hoje é muito importante, que nós chamamos de disruptiva. Vou passar cada uma dessas partes.

A parte básica. Nós dividimos a empresa em 460 células de trabalho. Essas 460 células de trabalho têm a obrigação de promover para si mesmas uma melhoria contínua, o tempo todo. É o que nós chamamos de inovação incremental. Então, a gente garante que a base da empresa trabalha o tempo todo buscando inovação incremental. A empresa sempre melhora, a empresa está sempre melhorando, a empresa está sempre aumentando sua eficiência.

Nessa parte da inovação incremental, nós criamos há nove anos... Outra vez vou falar: os ciclos, para a gente, são sempre longos. Para desenvolver o avião, a gente tem que levar cinco anos. Para preparar as tecnologias que desenvolvem os aviões, às vezes 20 ou 30 anos. Então, são ciclos muito longos. A gente tem que se preparar sempre para esses ciclos muito longos.

Nós criamos há nove anos um programa chamado Programa de Excelência Empresarial Embraer, que foi feliz ao juntar partes técnicas, de eficiência e eficácia, com a parte de transformação cultural da empresa, lastreada em pessoas e lideranças. Sem uma liderança comprometida, sem pessoas bem capacitadas, a gente não consegue fazer uma transformação voltada à inovação. Essa transformação da empresa é voltada aos resultados, muito prática, muito aplicada. Então, esse programa comanda toda a estruturação dessas 460 células de que eu falei para vocês. Ao mesmo tempo, não basta ter a base da empresa toda estruturada. Nós temos que ter corredores para a criação de valor para os nossos *stakeholders*. Quem são os nossos *stakeholders*? São os clientes, são os acionistas, são os nossos fornecedores, sociedade e meio ambiente e – por que não? – as nossas próprias pessoas. A empresa sobrevive, ela vive, e o objetivo dela é criação de valor para todos esses *stakeholders* que eu comentei. Esses fluxos de valor nos permitem fazer isso de uma forma ágil, de uma forma em que a gente consegue identificar aquilo que é mais crítico, aquilo que é mais significativo, onde estão as principais restrições da empresa, e a gente promove a mudança das restrições da empresa. O tempo todo, a gente busca sobrepujar todas as dificuldades que encontramos no caminho.

A segunda parte é a inovação tecnológica. O nosso setor é um setor extremamente competitivo. Nós não podemos nos preparar, em termos de tecnologia, se não fizermos esse tipo de colaboração que está ali no quadro. Ali é um mapa mundial e vocês veem que a Embraer se posiciona, em termos de colaboração tecnológica, praticamente no mundo inteiro. Nós estamos nos Estados Unidos, com vários institutos, nós estamos na Europa, nós estamos na Ásia – em Singapura, por exemplo, dentro da Ásia – e também no Brasil, em diversos institutos.

É muito importante notar o seguinte: existe um profundo conhecimento aeronáutico que é muito fomentado pelo fato de a empresa existir numa determinada localidade. Então, Estados Unidos e Europa têm uma fortaleza imensa de conhecimento aeronáutico, muito grande, há muitos anos, com todo um esquema preparado para ter fomento a isso, para garantir que as tecnologias sejam criadas, para garantir que existam compras de artigos que desenvolvam tecnologia e com isso possa se reverter para todos, principalmente para a sociedade.

Da mesma forma, nós fazemos um esquema parecido no Brasil, em que, ao fazer parceria, por exemplo, com uma universidade ou com um instituto e criar um laboratório, esse laboratório se reverte em benefício para a sociedade. Então, as tecnologias que são desenvolvidas, que são vistas, se tornam disponíveis para toda a sociedade. Isso é muito importante e isso requer toda uma preparação, requer investimento, requer toda uma articulação, requer uma rede que possa saber para onde está indo não este ano, não o ano que vem, mas daqui a 20 ou 30 anos. As



publicações que nós temos de tecnologia chegam até 50 anos à frente. Então, nós precisamos estudar tecnologias que podem acontecer 50 anos à frente.

Uma coisa muito interessante é que, quando as tecnologias estão com uma maturidade muito baixa, os concorrentes passam a ser colaboradores. Por exemplo, vocês veem ali no gráfico. Nós trabalhamos com a Boeing, nós trabalhamos com a Bombardier, nós trabalhamos com a Airbus, em momentos em que a gente tem que trabalhar com colaboração, e não com competição. Quando a tecnologia amadurece, o mais rápido, aquele que consegue fazer melhor, aquele que está mais bem preparado com certeza vai ter um posicionamento muito melhor.

Mais um exemplo aqui: por exemplo, nós temos *roadmaps* para as tecnologias, para onde a gente quer chegar. Aqui há um exemplo de manufatura. É um *roadmap* desde 2007, que vai até 2019, mostrando a nossa trajetória toda de manufatura, toda a parte de automação, toda a parte de robotização, a parte de manufatura aditiva agora, chegando a outros *steps* mais para a frente, outros degraus que a gente deseja atingir. A gente se prepara anos a fio para poder fazer isso acontecer. A gente capacita as pessoas dentro da empresa para que elas tenham condição de fazer essas tecnologias serem desenvolvidas com conhecimento mundial. A gente não tem condição de poder acompanhar essas tecnologias e se posicionar em relação a elas se não tiver inserção no cenário mundial. Então, os países também precisam colaborar entre si para garantir esse cenário de inserção mundial. É muito importante que existam esses tipos de colaboração.

A outra fatia aqui é uma fatia estratégica. Nada disso acontece se não tiver uma orientação estratégica; nada disso acontece se não tiver um posicionamento de mais longo prazo, uma visão de mais longo prazo e se saber aonde se deseja chegar, e se conhecer o mercado onde se está atuando. Por exemplo, para vocês terem uma ideia, para que nós possamos desenvolver um produto, nós começamos um bom tempo antes a desenvolver as tecnologias que vão nesse produto. Muito antes de saber a demanda, muito antes de saber o mercado, nós precisamos entender quais são as tecnologias do futuro que vão permitir construir as aeronaves do futuro. Em seguida, a gente olha o mercado, vê as demandas. A gente tem que decidir qual é o nicho em que a gente vai atuar. A gente tem que entender perfeitamente os nossos competidores e a gente tem que se posicionar respeitando as nossas capacidades, as nossas condições, as nossas possibilidades de enfrentar toda a concorrência, que é extremamente competitiva. Então, quando a gente desenvolve estudo conceitual do produto, tudo isso está embutido, e tudo isso demanda uma profunda capacitação, demanda uma profunda preparação, demanda uma consciência de exatamente aonde a gente deseja chegar.

E o que acontece com tudo isso que eu estou falando? Olha que beleza de aeronave nós, há pouco tempo – um ano, praticamente –, colocamos em disponibilidade para o mercado. Esse avião, o Legacy 500, é um avião da aviação executiva. Ele está sendo chamado pelos especialistas de *game changer*, ou seja, aquele que vai fazer a mudança do jogo. Como as outras que a gente tem produzido também, é uma aeronave com tecnologia de ponta e com preço extremamente competitivo. É assim que a gente conquista mercado. É assim que a gente tem crescido na aviação executiva. Começamos há dez anos. Demora cinco anos para desenvolver um projeto, e nós já desenvolvemos sete diferentes modelos de aeronave na aviação executiva nos últimos dez anos. É a capacidade e a agilidade de fazer um produto como esse que diferencia uma empresa. É isso que a gente tem feito.

Ali está a descrição, muito técnica, de várias facilidades que a aeronave tem, e que a diferenciam de todas as outras. Então, todas as questões de confiabilidade, as questões de disponibilidade da aeronave, as questões de conforto da aeronave estão dentro daquelas



capacitações de que eu falei para vocês. A gente não seria capaz de fazer isso se não tivesse uma grande capacitação. São poucas empresas no mundo que detêm o ciclo completo de desenvolvimento, produção e suporte ao cliente das aeronaves, e é o que a Embraer tem. Contase nos dedos quantas empresas no mundo conseguem fazer isso. Mas, para manter essa característica, para manter essa capacitação, é preciso um grande investimento, é preciso persistência, é preciso luta, é preciso inovação.

Nessa parte estratégica, nós temos um plano de 15 anos. O nosso plano estratégico é de 15 anos e o nosso plano de ação é de dois anos. Os dois são completamente casados. Se nós cumprimos o plano dos próximos dois anos, nós estamos nos direcionando para aquilo que foi projetado para daqui a 15 anos. Então, a empresa sempre está agindo no curto prazo, fazendo aquilo que é necessário no dia a dia, hoje, mas sempre pensando no futuro, porque é o futuro que vai trazer para a gente a sustentabilidade, principalmente em um setor em que os ciclos, como eu falei, são de longo prazo.

Vocês veem no meio ali que não adianta simplesmente seguir os planos. Aquela bola que está lá embaixo está mostrando: precisa seguir os planos com eficiência e eficácia. Precisa seguir os planos toda hora transformando as pessoas, para que haja inovações permanentes, porque o setor em que a gente atua é um setor de extrema competitividade. A gente não sobrevive se não estiver inovando todo dia.

Só para vocês terem uma ideia, por ano, nós fazemos por volta de dez mil do que a gente chama de *kaizens*. Grupos multidisciplinares se reúnem *full time*, tempo integral, por uma ou duas semanas, para se desafiarem a dar um salto em relação ao que fazem. Só fazendo isso é que a empresa pode, realmente, ir para a frente – logicamente, para a felicidade de todos os *stakeholders*, como eu comentei com vocês.

Nada disso poderia ser feito sem renovação. Aqui está um dos exemplos que a gente tem de renovação, de acreditar nas pessoas. Nós temos uma formação de engenheiros. Logo após serem graduados, eles passam.... Para entrar na empresa, eles concorrem com 4 mil pessoas, por exemplo, para entrar em 150 vagas. É uma seleção muito competitiva. Os 150 melhores de 4 mil passam por um treinamento prático de 18 meses. Em 18 meses, eles simulam todo o desenvolvimento de um avião.

Imaginem: acabou de se formar e vai fazer um avião em 18 meses. É praticamente impossível? É, é praticamente impossível. Mas a ação de querer fazer e de interfacear com pessoas muito seniores dentro da empresa faz com que eles ganhem uma capacitação, em um ano e meio, que equivaleria a cinco anos de experiência. Então, a gente acelera muito a entrada das pessoas e com isso faz uma renovação do sangue dentro da empresa. Já fizemos isso com 1.400 recém-formados. Isso é fundamental para a empresa. São pessoas de altíssimo nível que estão sempre melhorando, ou seja, os líderes de amanhã são muito melhores do que os líderes de hoje. A gente faz questão de falar assim: eu só contrato a pessoa se eu achar que ela vai ser muito melhor do que eu fui ao longo da minha vida, porque senão não compensa. Eu preciso sempre fazer melhorar. Eu preciso sempre achar que aquele que eu estou contratando vai ser muito melhor do que eu que estou contratando alguém, senão não vai para a frente.

A pergunta que eu faço é: isso é suficiente? Isso é tudo que a gente tem que fazer? Até agradeço a apresentação do Franklin. Vai facilitar muito a falar o que eu tenho que falar agora. Imaginem este *smartphone*. Quem diria – não vou muito longe –, cinco anos atrás, que nós teríamos tantos aplicativos para tudo? Para tudo que você quer saber, entra no aplicativo e faz; tudo que você quer monitorar está num iPhone. Quem diria que empresas grandes



desapareceriam? Quem diria que uma Fokker, na Holanda, uma Dornier, na Alemanha, e outras empresas, como a McDonnell Douglas, superconhecida, desapareceriam? Muitas empresas do nosso setor desapareceram. Aquelas que sobreviveram na aviação comercial são a Boeing, a Airbus, que tem a nossa idade – a Boeing é muito mais antiga –, a Bombardier, que foi a fusão de duas empresas, a Canadair e a de Havilland, nos anos 80, e que também sobrevive, e a Embraer, que tem 47 anos. Das quatro empresas, nós somos a terceira maior empresa aeronáutica na aviação comercial no mundo.

É muito importante mencionar que alguns se foram e outros estão chegando. Nunca para. É para sempre. Hoje chegam os chineses, hoje chegam os japoneses, hoje chegam também os russos. Todos eles estão produzindo avião, para competir com quem? Vocês acham que eles vão entrar para competir com os maiores da primeira vez? Não, vão competir com os menores. É contra a Embraer e a Bombardier. Mais uma vez, a gente tem que lutar muito, porque tem ameaça vindo desse setor. Então, alguns se vão, outros nascem, e outros nascem com uma força estruturante muito grande. Então, a gente tem que se prevenir contra isso.

É por isso que nós não podemos deixar de pensar naquilo que o Franklin, da Microsoft, está dizendo aqui, que o mundo hoje é muito mais moderno, o mundo é muito mais dinâmico. Nós não podemos trabalhar sem pensar nas empresas *startup*. Nós não podemos trabalhar sem pensar em projetos impossíveis para o futuro. Nós não podemos trabalhar sem pensar como a gente faz para poder dar um salto, e como a gente faz para poder causar disrupção ou não sofrer disrupção no setor em que a gente atua.

Por isso, há quatro anos, nós lançamos um programa inovação que prevê bastante toda a parte cultural dentro da empresa, prevê que qualquer funcionário da empresa pode propor ser empreendedor, pode dar a sua ideia. Essa ideia vai ser incubada dentro da empresa, como se fosse uma *startup*; essa ideia pode fazer nascer um grande negócio.

Como no mundo real, muitos propõem e poucos sobrevivem, só que todos têm orgulho de ter tentado e todos ganham experiência, porque, ao tentar ser empreendedor, todos reconhecem quão difícil é fazer essa tarefa. E todos eles se valorizam dentro da empresa, porque se tornam pessoas vistas como pessoas que desafiam, pessoas que fazem, pessoas que querem ver o mundo melhor à frente. Então, esse é um ponto importante.

Eu não vou detalhar todos os programas que a gente tem, mas vou chamar a atenção para esse programa que eu chamei de Green Light, que foi o que eu acabei de descrever. Qualquer pessoa pode fazer a sua proposta, ela pode até ter o seu tempo integral dedicado para tocar esse projeto. E são projetos como esse que dão vida a esse tipo de ação. Por exemplo, nasceu de um projeto do nosso Green Light essa proposta de um fundo de investimento em participação aeroespacial. Ele foi inovador no Brasil, é um *corporate venture*. Foi a primeira vez que ele foi estruturado dessa forma, em parceria com o BNDES, a Finep, o Desenvolve SP.

É um fundo que se preocupa em desenvolver a cadeia nacional aeronáutica. É um fundo que se preocupa, como o Franklin comentou aqui, em dar a oportunidade a pequenas empresas de ter uma demanda e ter uma certa proteção, no bom sentido de que pode contar com uma empresa maior, para poder se desenvolver com a ajuda de uma empresa maior, mesmo que essa empresa nem tenha talvez intenção de adquirir essa empresa menor, mas mais pelo fato de começar a criar um círculo positivo de desenvolvimento e conhecimento aeronáutico no Brasil, assim como já aconteceu e tem acontecido há muitos anos em outros países.

A empresa chega a ser inovadora porque quase 50% da sua receita advém de projetos inovadores desenvolvidos nos últimos cinco anos. Quantas empresas no mundo atingem essa



marca? Vocês podem procurar descobrir. São poucas empresas. No setor em que estamos, que é um setor muito competitivo, ou inova ou não sobrevive. Então, não é que a gente tenha o ímpeto de inovar sem a necessidade. O que nos faz inovar é a grande necessidade que há no mercado.

Outra coisa importante é que a gente investe por volta de US\$300 milhões por ano em pesquisa e desenvolvimento – US\$300 milhões por ano. É isto que a Embraer faz: US\$250 milhões de capex, em construções, em laboratórios, em hangares, para que a empresa vá para frente em toda instalação que ela tem não só no Brasil, mas no mundo todo. Então, é importante salientar que todo o incentivo a esse investimento – como, por exemplo, a Lei do Bem – é fundamental, é muito importante, porque isso se reverte multiplicado muitas vezes para a sociedade. Pense o que aconteceu, nos Estados Unidos, quando foi decidido o programa espacial para ir para a lua. Eu sei que estou falando de coisa antiga. Parece que é coisa nova, mas é coisa antiga. Quantas tecnologias advieram desse empreendimento? E, assim por diante, todo empreendimento que é feito traz tecnologia e traz progresso para a sociedade.

Esses são indicadores que mostram a nossa substância, a nossa capacidade de fazer inovação. Então, isso é muito importante. Só para ter uma ideia, foram 286 patentes internacionais, depositadas nos últimos anos. Isso é arrojo, isso é vontade, isso é capacitação da empresa de fazer o que ela tem que fazer e, acima de tudo, é uma necessidade.

Só para terminar a apresentação, vocês acham que isso é suficiente? Eu vou terminar, mas eu vou falar que não é suficiente. Por quê? Outra vez, o Franklin, da Microsoft, está ajudando demais. Olha o que ele falou: "Vocês acham que dá para projetar os próximos dez anos olhando para os dez anos que se passaram?" Alguém tem filho adolescente aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CAMPELLO – Olha, então, já deu a resposta. Não preciso falar mais nada.

Já deu para ver que são formas diferentes de pensar, são outros comportamentos, são outras necessidades. Eles não querem ter propriedade, querem ter experiência, são loucos por compartilhar. Eles valorizam coisas que são diferentes de coisas que a gente valoriza hoje. A criança hoje de três, quatro anos mexe hoje nesses *smartphones* por intuição e faz muito mais que o adulto.

Então, o que está acontecendo hoje, no mundo... E as curvas que foram mostradas hoje aqui, na sessão anterior, mostram claramente que está havendo um crescimento exponencial não só de tecnologias, mas de modelos de negócio. Há pouco, também se falou aqui do Uber, de outros modelos de negócios, do Airbnb e assim por diante. São modelos de negócios viabilizados por tecnologia. Então, o que vai acontecer no mundo, quando essas tecnologias exponenciais que já são conhecidas de todo mundo se multiplicarem muito? E é o que vai acontecer nos próximos anos.

A gente fala de inteligência artificial e hoje basta ir a uma loja de brinquedos que você vê brinquedo com inteligência artificial. Já está democratizada, é para uso geral de todo mundo a inteligência artificial. Porém, a inteligência artificial está sendo usada para outras coisas: as máquinas que aprendem, os computadores cada vez mais inteligentes. Olha o Watson da IBM, a capacidade que ele tem de fazer essas coisas é impressionante. Então, não é aquilo que a gente está vendo hoje, mas é aquilo que vai acontecer pela velocidade de multiplicação dessas tecnologias que estão aí. Vocês vão ver muitas coisas cada vez mais autônomas ao longo dos próximos anos.



Não vou me alongar também nisso, mas eu só queria, para concluir de verdade, o último eslaide. Eu queria falar assim: cuidado, não se encantem com essa forma de que tudo parece ser muito veloz. Às vezes, a gente confunde o veloz e o intenso com o complexo, e não tem nada a ver. O que as empresas *startup* estão mostrando hoje é o seguinte: a simplicidade é o que interessa; ser simples é ser eficaz, é ser ágil; simplicidade junto com agilidade, mesmo que a empresa seja grande. Isso nós buscamos hoje. Por que todas as empresas estão tão interessadas nas empresas *startup*? Porque nós queremos transformar a cultura das grandes empresas. A nossa empresa precisa ter uma transformação cultural muito grande, e vai ter, porque precisa ser uma empresa com agilidade muito grande.

A cocriação de valor. Não se faz nada hoje sem o *crowdsourcing* ou sem a criação com outros. Se a gente quer oferecer alguma coisa para o cliente, não pergunte ao cliente o que ele quer. Sente-se junto com ele, viva a vida dele e descubra junto do que ele precisa. Essa é a cocriação de valor, que cada vez acontece mais.

Para finalizar, a adaptabilidade. Neste mundo tão ágil, tão rápido, vão sobreviver aqueles que forem mais flexíveis e tiverem maior capacidade de adaptação.

Eu, então, peço para todos vocês que pensem nisso, porque tudo o que eu falei aqui não é característica só da Embraer. O que eu falei aqui é característica de qualquer instituição. Tudo o que eu falei aqui serve para qualquer empresa, para qualquer instituição, seja ela privada, seja ela pública, seja ela de qualquer setor. Todas essas considerações são muito aplicáveis, porque elas têm a ver com o ser humano. O centro de tudo é uma mudança do ser humano que está acontecendo e que está levando a essas imensas mudanças mundiais em todos os setores que a gente conhece.

Muito obrigado pelo tempo de vocês, pela paciência de eu ter passado tanta informação num tempo tão reduzido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. FRANKLIN LUZES JÚNIOR – Senhoras e senhores, eu gostaria de pedir licença, porque eu tenho que voltar para São Paulo; é o último voo do dia. Embora adore Brasília, eu não gostaria de ficar o final de semana aqui. Então, peço licença.

Se houver alguma pergunta, eu me disponho a responder por *e-mail*. Fiquem à vontade para a Comissão me encaminhar o *e-mail*. Eu passei meu *e-mail* agora. Fiquem à vontade, será um prazer responder a todas as perguntas. Peço só desculpas, porque, devido ao atraso e o voo ser o último, eu não tenho como ficar mais tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Dr. Campello, como o senhor é muito fácil, há uma pergunta só aqui. O Antônio diz que a FAB tinha aviões Catalina nos rios brasileiros, em especial na Amazônia. Ele pergunta: "Os Catalina eram de fabricação americana. Seria o caso de a Embraer considerar a possibilidade de fabricar e projetar aviões turboélice anfíbios, para a integração nacional, e também anti-incêndio?"

O SR. ANTONIO CAMPELLO – Obrigado pela pergunta.

A Embraer é uma empresa que permanece estudando muitas possibilidades. Sempre, sempre, sempre, a gente vive fazendo muitos estudos. Agora, a gente só coloca uma possibilidade para frente quando existe uma perspectiva significativa de negócio. Precisa haver negócio, precisa haver demanda, porque a empresa precisa sobreviver, tudo que ela investe é através do próprio lucro que ela tem.



Então, respondendo a essa pergunta, a Embraer está preparada para atuar em qualquer segmento, para fazer qualquer coisa desde que haja uma demanda significativa e desde que haja uma priorização de projeto entre as diversas demandas que há. Então, essa é a posição que eu tenho para dar para vocês. Assim que houver qualquer possibilidade de demanda em qualquer setor, logicamente, a gente vai começar projetos nesse sentido. Pode ser qualquer demanda que exista.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Queremos agradecer ao Dr. Franklin e ao Dr. Antonio Campello, passando a palavra ao Dr. Paulo Mól Júnior, Superintendente Nacional do Instituto Euvaldo Lodi.

Claro que podemos dispensá-los. Não dispensá-los; vocês é que têm que se retirar.

O SR. ANTONIO CAMPELLO – Eu gostaria de me desculpar aqui também, porque eu estou no mesmo voo que o Franklin e vou precisar sair correndo com ele. Desculpem-me por ter que sair antes de terminar, mas agradeço o convite mais uma vez.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO MÓL JÚNIOR – Boa noite a todos.

Eu não estou no mesmo voo. Portanto, posso ficar mais um tempo com vocês, mas também tenho um compromisso às 19h e tenho que ser breve aqui.

Boa noite. É um prazer enorme estar neste congresso do Senado do Futuro.

Falar sobre o futuro é uma coisa extremamente importante, inspiradora e necessária, porque, na verdade, quando pensamos no futuro, planejamos o nosso presente para que possamos, de fato, estar bem posicionados para os desafios que virão.

Alguém pode falar: "Paulo, você é o Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi. O que é o instituto Euvaldo Lodi?" Rapidamente, esse instituto é o braço da Confederação Nacional da Indústria que faz a interação entre a academia e as empresas. Então, toda a parte de conhecimento estruturada dentro da Confederação Nacional da Indústria é estruturada dentro do Instituto Euvaldo Lodi. A Diretoria de Inovação, da qual a Gianna faz parte, está dentro do Instituto Euvaldo Lodi. Portanto, esse evento foi patrocinado e estruturado dentro dessa estrutura que é tão importante.

É importante falar isso, porque, no Brasil – sendo muito rápido –, às vezes, a história se perde muito e é importante saber quem foi esse Euvaldo Lodi. Na verdade, ele teve uma importância extrema, na década de 40, quando o Brasil tinha um desafio enorme, que era se transformar num país industrial. E, naquele momento de se transformar num país industrial – o Presidente na época era Getúlio Vargas –, o desafio era como fazer a indústria no Brasil sem ter pessoas qualificadas para a estrutura industrial. Foi quando se pensou em se criar o sistema indústria. No caso, o primeiro foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai, em 1942, e, logo depois, o Sesi. Ambas as instituições completam 70 anos.

Euvaldo Lodi, Parlamentar à época, foi o braço direito do Getúlio Vargas na construção desse modelo do Sistema S – que começou ali, naquele momento – e acabou, em 1969, dando nome ao instituto, que teve como objetivo, na década de 60, responder a outro desafio, que era trazer os jovens para dentro da indústria, quando se teve o desafio de fazer os estágios. Então, naquela época, na década de 60, este era o grande desafio do instituto: colocar os jovens dentro das empresas, no mercado de trabalho. E começou todo o trabalho de rejuvenescimento da força de trabalho.

Hoje se pergunta qual é o grande desafio do instituto e qual o grande desafio da indústria. Quando a gente está falando do Instituto Euvaldo Lodi, eu me considero um privilegiado, e a



Gianna também, porque nós trabalhamos com agenda positiva, trabalhamos com o futuro. Então, por mais que a conjuntura esteja complicada e complexa, sempre pensamos no que vem pela frente, quais são os desafios que virão e de que maneira vamos nos preparar para esse desafio. Isso é extremamente importante.

Quando nós nos perguntamos sobre os desafios deste ano, desta época e deste século, o que se coloca muito claramente é que os desafios estão ligados à questão de educação e inovação, educação e conhecimento. O século XXI é o século da educação, é o século do conhecimento.

Não que não tenha sido no passado, mas hoje isto tem sido colocado de uma maneira muito clara: países que não conseguem se desenvolver em termos educacionais e em termos de inovação seguramente não conseguirão ser líderes globais. A liderança global hoje se exerce a partir do conhecimento. Então, ter a educação, ter a inovação como bandeira fundamental para o crescimento de um país é bastante saudável e é o que a indústria de hoje defende. Posso falar especificamente pelo Instituto Euvaldo Lodi, que se estruturou para ser uma espécie de *think tank* da inovação.

Como estou numa sessão para tratar especificamente de casos de sucesso, eu trarei um caso específico de sucesso dentro da área de inovação, que foi a criação de um movimento empresarial chamado Mobilização Empresarial pela Inovação, criado em 2008/2009. Na verdade, ele foi lançado em 2008, mas lançou-se de fato em 2009. E ele foi criado de determinada forma.

Naquela época, em 2008, a CNI estava muito preocupada com a questão da inovação, sabendo que esse era um ponto importante. A inovação entra no planejamento estratégico da Confederação Nacional da Indústria e isso tem bastante apelo para os empresários, que, de fato, entendem que esse é um valor importante. Mas havia um paradoxo, uma coisa muito interessante: embora os empresários dissessem que inovação era algo extremamente importante, fundamental, um dos itens mais importantes para a sua pauta, havia muito pouco movimento pela inovação.

Eu trabalho na Confederação Nacional da Indústria há alguns anos, já vi várias coalizões empresariais para tratar de licenciamento ambiental, legislação trabalhista, taxa de câmbio, mas para a inovação, não. Então existia um grande movimento, na verdade, um entendimento de que inovação era extremamente importante, mas uma ação que era muito tímida. E, naquele momento, se criou um movimento para fazer com que novas e cada vez mais empresas se engajassem nessa bandeira da inovação.

Como foi feita a história? A ideia inicial – e já começo a falar da metodologia – era de que é importante falar que inovação é relevante, é importante, aumenta a produtividade, aumenta a competitividade das empresas e do País, mas quem é importante para falar isso? É o empresário. O ideal seria empresários falando para empresários que isso era importante. A partir daí, constrói-se uma agenda para o país e comunica-se com a sociedade.

Assim, iniciamos essa agenda, em 2009, começando a conversa com alguns empresários que já faziam inovação de maneira sistemática e regular nas suas empresas. A partir daí, com esse grupo que estava separado, cada um fazendo inovação na sua empresa, forma-se um bloco para tratar da inovação de maneira estruturada e cria-se uma agenda para a inovação cujos tópicos principais começam a ser tratados naquele fórum, que era o fórum da Mobilização Empresarial pela Inovação.

Começamos, em 2009, com 15 ou 16, no máximo 20 empresários importantes, de renome, mas eram apenas 15, 16 ou 17 empresários. Pautou-se e criou-se toda uma agenda de inovação



a partir de temas que são extremamente importantes para a agenda de inovação e para o País. Então havia uma agenda de propriedade intelectual, outra agenda de fortalecimento das engenharias, de estruturação e qualificação de recursos humanos para a inovação, que era importante. Havia uma agenda de financiamento, havia agenda ligada à inovação e comércio exterior, porque não se dissocia inovação de comércio exterior. As empresas mais inovadoras são as empresas exportadoras, e as empresas exportadoras são as que mais inovam. Então, essas duas agendas são casadas. Havia, na época, planos setoriais de inovação. Então, criaram-se blocos de temas para tratar dessa questão da inovação.

E uma questão extremamente importante: foi um movimento apartidário, foi um movimento estruturado de maneira voluntária, de que não há registro. Na verdade, não havia presidente. É um movimento que não tem registro formal. Ele trabalha basicamente por que os empresários naquele momento estavam exercendo uma posição cidadã, com o objetivo de melhorar o País e o resultado das empresas. Eles passam a ser inspiradores de outras empresas para que possam ser inovadores.

Foi instituído esse movimento, que tem dois objetivos principais: primeiro, estimular a se criar cada vez mais e ter cada vez mais empresas inovadoras; segundo, contribuir para o aprimoramento das políticas públicas para a inovação.

Esse é um movimento que ao longo do tempo foi se fortalecendo.

Um ponto extremamente relevante no processo foi que, a partir do momento em que esse movimento foi se estruturando e as agendas foram ficando mais claras, isto facilitou enormemente o diálogo entre as empresas e o governo. Antes havia várias entradas, vários pleitos que vinham dos empresários para o governo, para tratar da questão de inovação. A partir do momento em que havia um bloco que trabalhava aqueles assuntos, colocava esses assuntos de maneira estruturada e vinha conversar de maneira organizada com o governo, isso facilitou enormemente a interlocução, porque vinham as pessoas que tomavam as decisões pelo governo para conversar com esse bloco de empresários que tinha uma agenda muito clara de assuntos definidos. Então se criou uma estrutura muito bem-feita.

Posso dizer que, ao longo desses sete ou oito anos, a MEI tem se firmado seguramente como o fórum mais bem estruturado de interlocução entre o setor privado e o setor público. Isso inspira outras agendas para que se possa seguir da mesma forma.

Trago isto aqui como um caso de sucesso, porque, a partir do momento em que essa agenda se estruturou, muito do que se avançou na política pública ocorreu exatamente porque foram assuntos que começaram na Mobilização Empresarial pela Inovação, estruturaram-se ali e, a partir disso, houve um encaminhamento que foi extremamente relevante, importante, assertivo.

Então, o que houve de mudança? Qual foi o caso de sucesso? É uma forma nova de se fazer política; é uma nova forma de se estruturar de maneira técnica; é a forma da conversa, do diálogo, apresentando argumentos técnicos e uma conversa específica sobre um assunto importante, que é a inovação. Isso é o novo. E o Instituto Eivaldo Lodi orgulha-se muito dessa coordenação técnica, que hoje é feita por mim e pela Gianna, que está aqui ao lado.

A Gianna já fez o convite, mas esses resultados da Mobilização Empresarial pela Inovação são sempre expostos em congressos de inovação que se realizam a cada dois anos. O próximo congresso acontecerá nos dias 27 e 28 de junho do ano que vem. E ali se coloca toda a agenda do que há de mais moderno e novo em termos de inovação.



Então, em linhas gerais, o caso que vim trazer é esse, para falar dessa agenda de inovação e dos desafios do País. No caso do Instituto Euvaldo Lodi, educação e inovação são as agendas principais. Educação e inovação são os desafios que se têm pela frente. Educação e inovação são a construção básica do futuro.

Deixo um recado. E fico muito à vontade para falar nesta Casa, que é o Senado, de uma maneira extremamente importante para que nós brasileiros – especificamente nesta Casa, que representa a sociedade brasileira – possamos ter cada vez mais pessoas que se inspirem nessa agenda de educação e de inovação, que são fundamentais para o desenvolvimento do futuro. Elas são fundamentais para o crescimento do País, elas são fundamentais para o fortalecimento desta Nação, elas são fundamentais para a construção dos nossos cidadãos, elas são fundamentais para o desenvolvimento das nossas empresas.

Então, muito obrigado. Agradeço a participação de todos. Estou vendo as pessoas que ficaram – bravos guerreiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quero agradecer mais uma vez ao Dr. Paulo Mól Júnior, Superintendente Nacional do Instituto Euvaldo Lodi.

Tenho aqui uma pergunta que foi feita ao Franklin. Como disse aqui, será respondida por *e-mail*.

Não quero, Dr. Paulo, que o senhor fique preocupado com o seu voo. Eu tenho que fazer o encerramento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Ah, então tranquilo.

Eu tenho que fazer o encerramento e quero convidar o Senador Cristovam Buarque para estar aqui comigo.

Como tenho que seguir o *script*, quero ler, Senador Cristovam, um *e-mail* que recebemos, uma mensagem do Senador Guido Girardi, Presidente da Comissão Desafios do Futuro, do Senado do Chile:

Saudações aos participantes do Congresso do Futuro.

Senador Wellington Fagundes e Senador Cristovam Buarque, caros amigos,

Ao cumprimentá-los, envio o meu desejo de bom êxito na realização do Congresso do Futuro: Democracia, Comunicação e Progresso no Mundo Digital e Sustentável.

Agradeço o convite para participar do evento, mas, lamentavelmente, por questões de saúde não será possível acompanhá-los.

Na semana passada, participei da Assembleia Mundial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, na Itália, em que tive oportunidade de apresentar a legislação chilena que trata a respeito da descrição nutricional, que passa a ser referência mundial na luta contra a obesidade.

Ao retornar, sofri uma trombose e, por recomendações médicas, não pude viajar para participar do congresso no Brasil.

Na certeza de em breve poder participar de novos encontros, cumprimento-os cordialmente.

Senador Guido Girardi



Presidente da Comissão Desafios do Futuro do Senado do Chile

Esclareço que inclusive ele havia confirmado, já havíamos mandado a passagem, mas, infelizmente, ele não pôde vir. Está aqui a justificativa.

Quero ler também uma síntese de cada tema preparada pela Consultoria, como conclusão dos nossos trabalhos:

Desenvolvimento sustentável na América Latina – Sustentabilidade e Agenda 2030.

Consultora designada: Karin Kassmayer.

O painel de abertura do evento debateu o tema do desenvolvimento sustentável na América Latina com ênfase na agenda 2030 e na sustentabilidade.

Essa agenda visa a um plano de ação que tem por objetivo, dentre outros, disseminar ações voltadas à erradicação da pobreza, à garantia dos direitos humanos e ao combate às mudanças climáticas.

Nesse contexto, o convidado Dr. Carlos Nobre analisou o desmatamento na Amazônia e propôs um novo modelo de desenvolvimento para essa região do País, focando em um futuro sustentável para a Amazônia.

Já o Dr. Rômulo Paes de Sousa enfatizou a importância das políticas públicas setoriais e interconectadas para o alcance do desenvolvimento social.

Por fim, o Dr. Marcelo Bicalho expôs a experiência da Natura como uma empresa que desenvolve produtos sustentáveis e que incorporou tal valor em sua produção e em seus produtos.

Outro tema é Desenvolvimento Sustentável na América Latina – Desafios para o futuro.

Consultor designado: Habib Jorge Fraxe Neto

Essa Mesa discutiu o papel da cooperação entre os diversos atores e a importância crucial da educação criativa. Ainda o meio empresarial, representado pela General Electric do Brasil, apresentou sua contribuição para esses desafios em setores como energia, abastecimento de água e saúde.

Outro tema: Saúde e Alimentação para o Futuro – Segurança alimentar.

Consultor designado: Henrique Salles Pinto.

A mesa-redonda Saúde e Alimentação para o Futuro – Segurança alimentar teve o objetivo de apresentar as principais questões inerentes à oferta quantitativa e qualitativa de alimentos à população mundial, com ênfase em segmentos sociais hipossuficientes.

Considerando a perspectiva de aumento da insegurança alimentar e nutricional em países de menor desenvolvimento relativo, os palestrantes abordaram estratégias imprescindíveis para a superação desse desafio. Nesse contexto, destacaram também a importância das políticas sociais do Brasil, cujo agronegócio foi reconhecido como



um dos mais efetivos no objetivo de promover a segurança alimentar mundial ao longo das próximas décadas.

Ainda o tema Saúde e Alimentação para o Futuro – Políticas públicas para a saúde.
Consultor designado: Flávio Palhano de Jesus Vasconcelos.

Sobre esse tema, as palestras focaram em aspectos atinentes aos sistemas públicos de saúde. Foram apresentados resultados epidemiológicos alcançados pelo sistema de saúde de Singapura, uma das mais bem-sucedidas redes assistenciais do mundo. Apresentou-se também a evolução da terapia farmacológica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Outro tema: Educação, Ciência e Inovação do Futuro.
Consultor designado: Eduardo Viotti.

Foi feito um diagnóstico que mostrou as enormes limitações do sistema educacional brasileiro, que já não é capaz de dar respostas minimamente adequadas às necessidades atuais e que se defronta com o difícil desafio colocado pela nova revolução tecnológica que está se concretizando. Apresentaram-se lições que a experiência internacional nos pode ensinar para a superação dos nossos desafios. Destacou-se, em particular, a centralidade da educação pública nessa tarefa.

Outro tema: O futuro da comunicação e seu impacto nas relações humanas.
Consultor designado: José Carlos Silveira Barbosa Júnior.

No painel cujo tema intitula-se "O futuro da comunicação e seu impacto nas relações humanas", todos os palestrantes, a sua maneira, abordaram os aspectos da democracia, da comunicação e do progresso no mundo digital e sustentável. Mário Almeida ressaltou que o desafio da comunicação é saber o que fazer com toda a informação disponível. Gabriela Mafort definiu a necessidade de se contar histórias com tecnologia e conteúdo inteligente para um público já inserido na conectividade. Por fim, além de apresentar diversas experiências, Marcelo Tas ressaltou que não deve haver preconceito para mudar a realidade e que o desenvolvimento da comunicação depende da criatividade, tecnologia e conteúdo.

O penúltimo: Democracia representativa no mundo digital.
Consultor designado: Fernando Antônio Gadelha da Trindade.

A mesa-redonda "Democracia representativa no mundo digital" abordou o histórico das possibilidades que abriram para ampliar a participação cidadã por meio de instrumentos tecnológicos com o surgimento da internet, especialmente nos últimos



dez anos. Seja para ampliar a fiscalização da cidadania no acompanhamento das políticas públicas e dos programas de governo, seja para aproximar os cidadãos dos Parlamentos, reivindicando, propondo e discutindo as proposições legislativas, as novas tecnologias têm impactado inquestionavelmente as democracias representativas.

Esse foi um apanhado produzido em tempo real pela Consultoria Legislativa do Senado Federal do que tratamos nesses dois dias tão produtivos. Posteriormente, os consultores, todos eles especialistas na temática das mesas que conduziram, prepararão um texto crítico e um resumo da palestra de cada convidado, de forma a consolidar um texto coeso e coerente, que será, certamente, importante referência no tema discutido em cada painel.

Tudo isso será publicado tanto no papel quanto eletronicamente, para que tenhamos um legado deste evento que contribuirá por muitos anos para os trabalhos do Senado Federal, do Governo brasileiro e do segmento empresarial para embasar as decisões que produzirão um futuro melhor para as gerações vindouras.

Quero também registrar que o nosso último bloco, da mesma forma, será compilado e fará parte do documento.

Por fim, não há como agradecer o intensivo e imprescindível apoio da Consultoria Legislativa nas figuras do Consultor-Geral Danilo Augusto Barboza de Aguiar, da Consultora-Geral Adjunta Roberta de Assis e do Consultor-Geral Adjunto Gustavo Taglialegna. É claro que teríamos que citar aqui todos, mas o estamos fazendo nas pessoas desses três consultores.

Para a minha honra, quero aqui definir que quem vai encerrar o nosso congresso será o Senador Cristovam Buarque.

Eu quero aqui fazer as minhas considerações finais agradecendo a todos e dizendo que, ao longo deste evento, todos nós tivemos uma oportunidade maravilhosa de receber ensinamentos grandiosos e diferenciados, especialmente tivemos esclarecimentos sobre caminhos que podem ser trilhados. Recebemos também, vindo das personalidades que aqui estiveram, indicações de como produzir uma sociedade mais justa, equilibrada e capaz de gerar um futuro digno para as gerações vindouras.

Como afirmei ontem, este evento foi além das expectativas por tudo que trouxe e também pelo estímulo que gerou e pelo peso histórico que tem.

Tenho certeza de que será o primeiro de muitos que ocorrerão para dar voz à sociedade, trazer mais um canal de orientação a nós Parlamentares e gerar caminhos na construção do futuro.

Quero agradecer por isso a todos os maravilhosos palestrantes que aqui dedicaram seu tempo pela certeza de estarem dando mais uma contribuição para o esclarecimento da sociedade.

Agradeço também a todos os participantes neste evento pela sua atenção, pelo carinho que nos dispensaram e pelo seu entusiasmado convívio com todos nós.

Mais uma vez, agradeço aos servidores do Senado Federal, ao meu gabinete, ao gabinete da Liderança do PR e às entidades e instituições que tornaram possível o "Congresso do Futuro: Comunicação e Progresso no mundo digital e sustentável", cujo êxito produzirá frutos que com certeza todos nós teremos.

As palestras e os debates desses fecundos dois dias tão bem confirmaram que a democracia, o regime representativo, seus atores e suas agências, principalmente nós



Parlamentares, coração da vontade do povo, precisam incorporar os desafios e as oportunidades desse admirável mundo novo, sob pena de enfraquecer cada vez mais os laços entre representantes e representados.

Como na letra de uma canção norte-americana, o futuro não é mais como costumava ser, e esta é a grandeza da vida humana, pois temos a oportunidade de melhorar se tivermos, principalmente, humildade de aprender coletivamente e buscar as passagens para um mundo cada vez mais digno e de todos.

Para concluir, lembro que estamos construindo essa história, e o presente não suporta mais que existam apenas espectadores. Todos somos os construtores do futuro, e ele nos cobrará se não entendermos isto. Daqui eu saio com a certeza de que entendemos essa verdade e cumpriremos nosso papel.

Eu quero ainda agradecer ao nosso Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, com toda a Mesa Diretora do Senado. Quero agradecer também aqui a Waldir Miranda, Andréia Mano, Bruno Cunha, Aírton Aragão, Alisson Bruno, Jéssica Oliveira, Bruna Magalhães, Fernanda Araí, Ricardo Vaz, Milena Queiroz, Thaíse Costa, Rosimar Soares, Mateus Camilo, Sérgio Brito, Paulo Afonso e Sílvia Rocha. E, claro, também ao Diretor da Secretaria das Comissões, meu amigo e conterrâneo de Mato Grosso Dirceu Machado, e a toda a sua brilhante equipe. E, claro, quero agradecer também aos dois diretores, mais uma vez, a Diretora Ilana e o Dr. Bandeira, competentes condutores aqui do nosso processo.

Eu quero aqui também agradecer a todos os amigos que aqui vieram, em especial a minha esposa Mariene Fagundes, em nome de todas as mulheres que se sentiram pouco representadas aqui – ouviu, Senador Cristovam? – e que reivindicaram para o próximo congresso que a gente tenha aqui uma condição de paridade.

É uma reivindicação justa que claro que vamos buscar, até porque, segundo uma palestra que eu ouvi da minha esposa, Mariene, se nós fizermos tudo que estamos fazendo no sentido de ampliar os direitos da participação da mulher, ainda, provavelmente, vamos demorar 500 anos para ter essa condição igualitária.

Portanto, temos que lutar muito, temos que trabalhar muito na busca de uma justiça social igualitária não só entre homens e mulheres, mas, principalmente, para quem está mais distante, com todas as desigualdades que, infelizmente, ainda acontecem no mundo.

Aqui, discutimos um tema extremamente importante, que foi a questão da insustentabilidade alimentar hoje, com a fatura, às vezes, de alimento e a falta de acessibilidade ao alimento.

Portanto, Senador Cristovam, V. Ex^a, que é uma referência aqui, no Congresso Nacional, no Brasil, um homem que discute muito, a nosso ver, o melhor caminho para que a gente possa encontrar essa igualdade é exatamente através da educação.

Então, V. Ex^a tem aqui a responsabilidade, claro que com todo o brilhantismo que lhe é peculiar, de superar as minhas deficiências e poder encerrar o nosso congresso. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero deixar claro que não consigo ver deficiência no trabalho do Senador em relação a este evento. Pelo contrário, o Senador Wellington Fagundes superou minhas expectativas. Em qualquer momento, um encontro como este já seria uma grande surpresa, mas neste momento de dificuldade financeira do Brasil, de extrema instabilidade política no País e mais especialmente nesta Casa, conseguir fazer um evento como este trazendo personalidades como as que vejo aqui na minha frente e termos debates desse tipo, falando do futuro no meio do pântano do



presente, é algo que me surpreende que o senhor tenha conseguido fazer com sua equipe, especialmente o Waldir, que é quem mais teve contato comigo. Fico muito feliz por ter participado disso.

Este é um momento histórico. É o primeiro, e tudo que é o primeiro é um momento histórico. E foram muitas as palestras que nós ouvimos aqui e que me impactaram. Eu quero chamar atenção para uma, porque ela traz uma inspiração para nós discutirmos o futuro do Brasil. Falo da palestra do Prof. Reginaldo, que colocou os avanços da Medicina e trouxe que a nova geração de tratamento de doenças tipo câncer não será mais feita com remédios genéricos – não genéricos no sentido de ser em laboratório, não de remédio que se dá a mais de um paciente igualmente –, pois cada paciente terá o seu tratamento personalizado. E o remédio não será mais para enfrentar a doença de fora para dentro, mas para desenvolver em cada doente os anticorpos do seu próprio organismo para enfrentar a doença. Por que quero chamar atenção para isso? Porque acho que um país é um organismo vivo. É um organismo que precisa de médicos, mas os médicos somos nós próprios, as células do País. Da mesma maneira que ele disse que as células cancerígenas têm que ser enfrentadas com os anticorpos de células saudáveis, a gente precisa fazer isso no Brasil. E aí não vamos personalizar pessoas brasileiras, mas setores, segmentos, ações.

Nosso desafio para curar o País é saber onde buscar anticorpos que vão corrigir nossas doenças. Quais são os anticorpos que podem enfrentar a corrupção? Uma Justiça mais eficiente? A punição mais firme? Mais transparência? Vamos encontrar os anticorpos! Quais são os anticorpos que vão enfrentar essa maldição brasileira da inflação? A austeridade no gasto público, que eu acho que deve ser? Quais são os anticorpos que podem fazer com que a educação fique boa no País? Mais dinheiro, como muitos dizem? Tapar os vazamentos e os desperdícios? Colocar mais crianças na escola por mais tempo? Acabar com a fome na casa dos alunos? É alfabetizar os pais para que possam orientar os filhos no dever de casa? E a palestra do Prof. Reginaldo me provocou bastante nesse sentido, de como saber quais são os anticorpos que o Brasil tem para enfrentar suas próprias crises.

Não tenho certeza se foi o Prof. Alfredo Pena-Vega que, ontem, quando eu saía daqui, disse que nós estamos num processo de metástase – não sei se foi ele –, e precisamos identificar os anticorpos. Creio que seria uma maneira diferente de enfrentar os problemas brasileiros.

Eu cito essa palestra, mas todas as que tive a oportunidade de ver – não foi fácil esta semana, porque a gente tinha que estar em três ou quatro lugares ao mesmo tempo – fizeram uma boa provocação. Uma provocação de que há um futuro.

O Senador Wellington disse que nós somos os construtores.

Eu creio, Senador Wellington, que, mais que construtores, nós temos que ser também os arquitetos. Houve um tempo em que ninguém precisava ser arquiteto do futuro, porque o futuro já estava pronto. Bastava ter um PIB alto, bastava aumentar a produção, e o resto viria. Era assim que a gente pensava até muito recentemente. Hoje, não. Hoje, nós precisamos pensar no futuro que a gente deseja: um futuro com maior produção ou um com mais bem-estar? Não são mais sinônimos. Um futuro com mais carros nas ruas ou um futuro em que a gente vai mais depressa de casa para o trabalho e do trabalho para a família? E aí talvez não seja por carros privados. Queremos uma sociedade em que a gente não deixe bandido solto, construindo cadeias, ou uma sociedade em que a gente consiga reduzir o número de bandidos e possa reduzir o número de cadeias? São alternativas diferentes que nós vamos ter que escolher. Nós vamos ter que escolher o futuro, coisa que a gente não precisava fazer até há pouco tempo.



A gente dizia que o Brasil era o país do futuro porque o futuro estava dado. Agora a gente tem que perguntar: o Brasil é o país de qual futuro? E esse seminário tem como papel tentar convencer cada um de nós a ser um pouco o arquiteto do futuro e, ao mesmo tempo, o construtor do futuro. Era isto que nós queríamos e é isto, Senador Wellington, que eu acho que o senhor conseguiu ao organizar este 1º Congresso do Futuro.

Eu espero poder estar junto com o senhor para poder organizar o segundo. Eu espero que o senhor ou outro Presidente, se houver mudança – porque nós temos prazo para ficar aqui –, seja capaz, que nós sejamos capazes, sob sua liderança, sob sua inspiração, de fazer um segundo. Eu tenho a impressão de que quem passou por aqui está com vontade de vir a um segundo congresso. E este é o nosso compromisso: estarmos aqui no segundo congresso.

Eu agradeço por ter podido estar aqui. Fico feliz. Embora o congresso no Chile, de que nós participamos juntos, dure uma semana inteira... O Senado do Futuro no Chile dura uma semana inteirinha, inteirinha, inteirinha! Apesar disso, aqui durou dois dias, mas dois dias muito ricos.

Parabenizo cada um de nós que teve a chance de estar aqui e proponho que nos encontremos daqui a um ano, quem sabe, no 2º Congresso do Futuro.

Um grande abraço a cada uma e a cada um, e passo a palavra de volta ao Senador Wellington, que, como Presidente, é quem encerra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Como chegou uma pergunta aqui para o Senador Cristovam, a última pergunta, acho que não poderíamos encerrar sem fazê-la: "Senador Cristovam, durante todo o conteúdo exposto neste Congresso do Futuro, como acharemos um meio para quebrar a 'cortina de ouro'? (Página 23 do livro *Mediterrâneos Invisíveis*.)" Fabrício Silva da Luz Dall'Agnol.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro, quero agradecer ao Fabrício e, para vocês que não tiveram oportunidade de ver, explicar a "cortina de ouro".

A "cortina de ouro" é um conceito que eu desenvolvi – publiquei um livro com esse título mesmo, *A Cortina de Ouro* – em 1994. Vocês veem que eu estou velho. A "cortina de ouro" é a ideia de que – aliás, falei um pouco dela hoje de manhã –, depois da "cortina de ferro", que era vertical, separando o Leste socialista do Oeste capitalista, temos hoje outra cortina, que passa dentro de cada país, serpenteando o Planeta, separando ricos de pobres. Isto nós temos hoje em qualquer país. O mais rico país tem uma parcela pobre; pequena, mas tem. E o mais pobre país tem uma parcela rica, muito rica, pequena, mas tem, e, separando, uma "cortina de ouro", que eu tenho chamado, depois desse último livro, de "mediterrâneos invisíveis". Os "mediterrâneos invisíveis", por exemplo, cercam os restaurantes caros dos baratos ou dos pobres, quem não conseguem nem ir a restaurante pobre. É um mediterrâneo que a gente não vê, mas está ali, não deixa entrar os excluídos.

A pergunta do Fabrício é: como quebrar essa "cortina de ouro"?

Não dá para todos migrarem, passarem por cima da "cortina de ouro", da pobreza para a riqueza ocidental. Não dá para todo mundo ter um carro. Ainda tem muito demagogo que propõe isso, muita gente demagoga. Mas nem caberia nas ruas. E não haveria petróleo suficiente. Aí dizem "mas já vai haver carro elétrico".

Mas não vai haver energia elétrica suficiente para colocar nas baterias dos carros. Seria preciso destruir tanta Amazônia para fazer represa ou colocar tantas centrais nucleares, com todos os riscos que as centrais nucleares provocam.... Não daria.



A primeira coisa, Fabrício, é que, para superar a "cortina de ouro", é preciso mudar o conceito de riqueza. Riqueza não pode ser o alto consumo que temos hoje das parcelas de alta renda, não importando o país onde more. Não pode ser. Tem que ser o bem-estar. E o bem-estar significa, muitas vezes, viver bem sem grande consumo.

Então, esta é a primeira coisa: mudar o conceito de riqueza. Riqueza não é o PIB; riqueza é o bem-estar, é a possibilidade de buscar a felicidade.

Dito isto, considero que nós teríamos que fazer com que não haja ninguém, por interferência do Estado, por transferência de renda, por garantia de educação, de saúde, de financiamento para habitações populares, ninguém que esteja abaixo de um certo piso, um piso social. Ninguém abaixo daqui. Todo mundo daqui para cima.

Como fazer isso? Transferência de renda, como a gente já faz com a bolsa família, é um caminho, mas, sobretudo, escola de qualidade, sistema de saúde de qualidade. E menos hospitais e mais Saúde na Família, como alguns chamam. Saúde em Casa, como chamava-se, há alguns anos, no Governo do Distrito Federal.

E aqui em cima é preciso a gente ter um teto, acima do qual ninguém consome. Um teto ecológico.

Vejam que eu não falei em limitar a renda, mas em limitar o consumo. Você pode ter todo o dinheiro que quiser, mas não pode sair por aí matando elefante, porque é uma espécie em extinção. Não pode sair por aí usando um carro que consome mais combustível do que deve ser permitido. Não pode ter uma arquitetura que não respeite o meio ambiente.

Então, nós temos um teto e um piso. Aqui dentro a gente tem que ter uma escada que permita que alguns cheguem ao topo do consumo, e outros ficarão embaixo, mas ninguém ficará excluído. Talvez alguns fiquem embaixo porque não queiram consumir muito. Outros talvez não tenham o talento de subir a escada. Outros talvez tenham até talento, mas não terão perseverança para fazer isso.

É preciso garantir, entretanto, duas coisas iguais para todos no acesso: educação, para que você possa subir na escada, porque é a educação que faz subir ou não... Obviamente, há algumas chances na vida, mas tirar na loteria é muito raro. Não é o caminho. Além do que a loteria concentra renda – um ganha, mas 30 milhões perdem. Senão, não ganharia. A outra coisa é a saúde, porque, sem saúde, por mais talento e persistência que você tenha, você não sobe, morre no caminho, ou fica sem condições físicas de subir. É disso que a gente precisa. Resumindo: educação e saúde para todos! A garantia de mínimas condições de vida para todos. E a liberdade de cada um disputar subir nessa escada, até um teto no consumo. Eu acho que isso é possível. Nós já temos renda suficiente no mundo, já temos poupança suficiente. A gente vai precisar de um programa que não vai ser nacional, mas mundial, para superar isso. Vai acontecer ou não? Depende. Pode não acontecer em 30 anos, em 50 anos.... Como disse a Mariene, vai demorar 500 anos para as mulheres chegarem. Mas se a gente precisar de 500 anos para isso, até lá podem surgir alternativas.

Mas eu acredito que a catástrofe que está em marcha, catástrofe da migração em massa, catástrofe do aquecimento global, catástrofe do desequilíbrio financeiro, catástrofe da falência fiscal dos Estados por todas as partes, essa grande catástrofe pode ser pedagógica e nos forçar a encontrar esse caminho que eu disse ou outro.

Mas o mais importante, Fabrício, é ter gente que pergunte, como você perguntou. Isto é que é importante: as pessoas se perguntarem como é que a gente derruba a "cortina de ouro".



Uma boa pergunta é o primeiro passo para a gente encontrar uma resposta razoável. Então, continue fazendo suas boas perguntas, que a gente encontra o caminho.

É isto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Queremos anunciar, já terminando, que ainda vamos ter agora o lançamento do livro *Nos olhos dos meninos, a catástrofe de Tchernobyl – Imaginário e construção de uma tragédia*, com autógrafos, com Alfredo Pena-Vega, que foi um dos nossos palestrantes, um chileno que hoje mora em Paris.

Quero agradecer em nome dele a todos os palestrantes e convidar todos vocês que quiserem vir aqui na frente para a gente tirar uma fotografia coletiva com o fundo lá do Congresso do Futuro.

Nós disponibilizaremos essa fotografia coletiva para todos vocês, que podem até guardá-la como recordação.

Então, todos que quiserem estão convidados para estar aqui conosco.

(Iniciada às 15 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 1 minuto.)